



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DANÇA (FEFD)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA (PPGEF)

JOSÉ APARECIDO ALVES DE OLIVEIRA JÚNIOR

As parolimpíadas escolares e as ações esportivas para a formação de atletas com deficiência: um estudo sobre o Estado de Goiás entre os anos 2006 e 2019

GOIÂNIA

2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DANÇA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

José Aparecido Alves de Oliveira Júnior

3. Título do trabalho

AS PARALIMPÍADAS ESCOLARES E AS AÇÕES ESPORTIVAS PARA A FORMAÇÃO DE ATLETAS COM DEFICIÊNCIA: um estudo sobre o Estado de Goiás entre os anos 2006 e 2019

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Helena Santana Dalla Dea, Professor do Magistério Superior**, em 23/09/2024, às 09:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Aparecido Alves De Oliveira Junior, Discente**, em 15/10/2024, às 10:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4836337** e o código CRC **C43EB0B5**.

JOSÉ APARECIDO ALVES DE OLIVEIRA JÚNIOR

As parolimpíadas escolares e as ações esportivas para a formação de atletas com deficiência: um estudo sobre o Estado de Goiás entre os anos 2006 e 2019

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física, da Faculdade de Educação Física e Dança (FEFD), da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Física. Área de Concentração: Educação Física, esporte e saúde.

Linha de Pesquisa: Aspectos socioculturais e pedagógicos da Educação Física e do Esporte.

Orientadora: Professora Doutora Vanessa Helena Santana Dalla Déa.

GOIÂNIA

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

OLIVEIRA JÚNIOR, JOSÉ APARECIDO ALVES DE

As paralimpíadas escolares e as ações esportivas para a formação de atletas com deficiência [manuscrito] : um estudo sobre o Estado de Goiás entre os anos 2006 e 2019 / JOSÉ APARECIDO ALVES DE OLIVEIRA JÚNIOR. - 2024.

XCI, 91 f.

Orientador: Prof. Dr. Vanessa Helena Santana Dalla Déa.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Educação Física e Dança (FEFD), Programa de Pós
Graduação em Educação Física, Goiânia, 2024.

Bibliografia.

Inclui siglas, fotografias, gráfico, lista de figuras.

1. Esporte Paralímpico. 2. Jogos Paralímpicos. 3. Paralimpíadas Escolares. 4. Delegação de Goiás. 5. Formação de Atletas. I. Déa, Vanessa Helena Santana Dalla, orient. II. Título.

CDU 796



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DANÇA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 59 da sessão de Defesa de Dissertação de José Aparecido Alves de Oliveira Júnior, que confere o título de Mestre em Educação Física, na área de concentração em Educação Física, esporte e saúde.

Ao/s vinte e dois dias de agosto de dois mil e vinte e quatro, a partir da(s) 09:00, por meio de videoconferência, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada “AS PARALIMPIADAS ESCOLARES E AS AÇÕES ESPORTIVAS PARA A FORMAÇÃO DE ATLETAS COM DEFICIÊNCIA: um estudo sobre o Estado de Goiás entre os anos 2006 e 2019”. Os trabalhos foram instalados pela Orientadora Professora Doutora Vanessa Helena Santana Dalla Déa (PPGEF/UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor Doutor Vinícius Denardin Cardoso (UERR), membro titular externo; Professora Doutora Tathyane Krahenbuhl (PPGEF/UFG) membro titular interno. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido(a) o(a) candidato **aprovado** pelos seus membros. Proclamados os resultados pela Professora Doutora Vanessa Helena Santana Dalla Déa, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) vinte e dois dias de agosto de dois mil e vinte e quatro.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

Sem sugestão de alteração.



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Helena Santana Dalla Dea, Professor do Magistério Superior**, em 22/08/2024, às 11:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **VINICIUS DENARDIN CARDOSO, Usuário Externo**, em 17/09/2024, às 21:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tathyane Krahenbühl, Usuário Externo**, em 18/09/2024, às 11:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4760455** e o código CRC **A1DAF862**.

Referência: Processo nº 23070.040381/2024-17

SEI nº 4760455

DEDICATÓRIA

Esse estudo é dedicado a todos e todas que acreditam num futuro melhor para as pessoas com deficiência por meio do esporte, para todos os profissionais da Educação Física que, incansavelmente, dentro das escolas lutam para proporcionar um mundo melhor para seus alunos com deficiência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me ajudado a resistir e a superar as todas as adversidades e problemas que enfrentei durante minha trajetória nesse período; a minha mãe que sempre lutou incansavelmente para que eu pudesse seguir o caminho da Educação. Agradecer a minha avó Maria pelo amor incondicional e pelo carinho; as minhas irmãs Rafaela e Lara que sempre estiveram comigo na caminhada da vida com amor e companheirismo, ao meu irmão José Antônio (in memória) que sempre dizia que a Educação era o melhor caminho para atingir os nossos objetivos sejam eles quais for. Agradecer a minha companheira Juliete que está sempre ao meu lado, por enxergar o melhor em mim e por me encorajar a alcançar meus sonhos. Obrigado por fazer parte da minha vida e por torná-la mais significativa, viver ao seu lado é um verdadeiro presente. A minha orientadora professora Dra. Vanessa Dalla Dea pela oportunidade, pela confiança, pela paciência, pelas lutas e pela amizade; aos alunos, paratletas, atletas paralímpicos e voluntários da ASPAEGO, que fazem parte da minha vida cotidiana; aos meus grandes amigos: Marcos Dias e João Turíbio por lutar lado a lado em prol da pessoa com deficiência todos os dias e de se orgulharem de mim. Agradecer a professora Dra. Tathiane Krahenbuhl por ter aberto as portas da pós-graduação, gratidão por sua confiança e por acreditar em mim.

RESUMO

Essa pesquisa aborda a participação de atletas com deficiência nas Paralimpíadas Escolares, sob o recorte geográfico Estado de Goiás e temporal anos de 2006 a 2019. O esporte paralímpico brasileiro tem se destacado com seus resultados nos Jogos Paralímpicos. Uma das principais ações para a descoberta e formação de atletas paralímpicos tem sido as Paralimpíadas Escolares, que reúne crianças e adolescentes com deficiência de todo o Brasil em um só evento. Apesar disso, é baixo o número de pesquisas e publicações acadêmicas sobre o tema, o que se constitui na principal justificativa dessa dissertação. Esse trabalho tem como objetivo principal analisar as contribuições das Paralimpíadas Escolares e as ações esportivas para a formação de atletas com deficiência no Estado de Goiás. Como objetivos específicos, apresentamos uma introdução ao esporte paralímpico no mundo e no Brasil, com os aspectos históricos e conceituais; apresentamos as políticas públicas e ações de fomento esportivo para pessoas com deficiência no Brasil e no Estado de Goiás e; analisamos as composições das delegações do Estado de Goiás nas Paralimpíadas Escolares, no período de 2006 a 2019 e as inter-relações estabelecidas entre o poder público e as instituições envolvidas, no período demarcado para o estudo. A metodologia é composta pelo método de pesquisa qualitativa descritiva e as técnicas de revisão bibliográfica e análise documental. A análise documental foi realizada utilizando-se dos boletins emitidos pelo Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) e das publicações da mídia goiana a respeito da temática. Já a revisão bibliográfica compõem-se do estudo das principais obras, teses, dissertações e artigos científicos sobre o tema. Como resultados principais, podemos afirmar que, o Estado de Goiás teve participação significativa nas Paralimpíadas Escolares nas edições de 2006 a 2019, com maior destaque nas edições de 2018 e 2019. Verificamos, por meio da análise documental, que as Paralimpíadas Escolares e as ações esportivas cumpriram um importante papel na formação de atletas com deficiência no Estado de Goiás.

Palavras-chave: Esporte Paralímpico. Jogos Paralímpicos. Paralimpíadas Escolares. Delegação de Goiás. Formação de Atletas.

ABSTRACT

This research looks at the participation of athletes with disabilities in the School Paralympics, from the state of Goiás and over the years 2006 to 2019. Brazilian Paralympic sport has stood out with its results at the Paralympic Games. One of the main actions for discovering and training paralympic athletes has been the School Paralympics, which brings together children and teenagers with disabilities from all over Brazil in a single event. Despite this, the number of academic studies and publications on the subject is low, which is the main justification for this dissertation. The main objective of this work is to analyze the contributions of the School Paralympics and sports activities to the training of athletes with disabilities in the state of Goiás. As specific objectives, we present an introduction to paralympic sport in the world and in Brazil, with historical and conceptual aspects; we present public policies and sports promotion actions for people with disabilities in Brazil and in the State of Goiás and; we analyze the composition of the delegations of the State of Goiás in the School Paralympics, in the period from 2006 to 2019 and the interrelationships established between the public authorities and the institutions involved, in the period demarcated for the study. The methodology consists of the descriptive qualitative research method and the techniques of bibliographic review and documentary analysis. The documentary analysis was carried out using bulletins issued by the Brazilian Paralympic Committee (CPB) and publications in the Goiás media on the subject. The bibliographical review consisted of studying the main works, theses, dissertations and scientific articles on the subject. As the main results, we can say that the state of Goiás played a significant role in the School Paralympics in the 2006 to 2019 editions, with greater prominence in the 2018 and 2019 editions. We found, through documentary analysis, that the School Paralympics and sports activities have played an important role in training athletes with disabilities in the state of Goiás.

Keywords: Paralympic Sport. Paralympic Games. School Paralympics. Goiás delegation. Athlete training.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Aula teórica / Formação de professores de Educação Física	48
Figura 2: Aula prática / Formação de professores de Educação Física	49
Figura 3: Membros da comissão organizadora, professores e atletas com deficiência durante os Jogos Estudantis do Estado de Goiás 2018	50
Figura 4: Professores e atletas com deficiência durante as disputas do atletismo paralímpico nos Jogos Estudantis do Estado de Goiás 2018	51
Figura 5: Participantes do evento / Festival paralímpico 2018	53
Figura 6: Atletas com deficiência e Treinador / Camping Paralímpico.....	55
Figura 7: Atletas com deficiência e Treinador / Avaliação Física/ Camping Paralímpico	55
Figura 8: Delegação do Estado de Goiás durante o II Campeonato Paraolímpico Escolar Brasileiro 2007	68
Figura 9: Delegação do Estado de Goiás nas Paralimpíadas Escolares 2007	69
Figura 10: Reunião dos membros da delegação do Estado de Goiás durante as Paralimpíadas Escolares 2018.....	76
Figura 11: Recepção dos membros da delegação do Estado de Goiás das Paralimpíadas Escolares 2018 pelo representante do governo estadual	77
Figura 12: Membros da delegação do Estado de Goiás de várias cidades do interior e da capital durante as Paralimpíadas Escolares 2019	78

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Linha do tempo da participação do Estado de Goiás nas Paralimpíadas Escolares de 2006 até 2019.....	65
Gráfico 2: Linha do tempo com as composições da delegação do Estado de Goiás Estado de Goiás nas Paralimpíadas Escolares de 2006 até 2019, quantidade de atletas e membros da equipe técnica.	66
Gráfico 3: Linha do tempo com o quadro de medalhas e a posição final da delegação do Estado de Goiás Estado de Goiás nas Paralimpíadas Escolares de 2006 até 2019	66
Gráfico 4: Linha do tempo com as modalidades paralímpicas integrantes da delegação do Estado de Goiás nas Paralimpíadas Escolares de 2006 até 2019	70

LISTA DE SIGLAS

ADFEGO - ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FÍSICOS DO ESTADO DE GOIÁS

ADVEG - ASSOCIAÇÃO DO DEFICIENTES VISUAIS DE GOIÁS

AGEL - AGÊNCIA GOIANA DE ESPORTE E LAZER

ANDE - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DESPORTO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

APAES - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

APAF - ASSOCIAÇÃO PARALÍMPICOS DO FUTURO

ASPAEGO - ASSOCIAÇÃO PARALÍMPICA E OLÍMPICA DO ESTADO DE GOIÁS

CBDI - CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS PARA DEFICIENTES INTELECTUAIS

CEP - CAMPING ESCOLAR PARALÍMPICO

CISS - WORLD DEAF SPORTS ORGANIZATION

CPB - COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO

CPRJ - CLUBE DOS PARAPLÉGICOS DO RIO DE JANEIRO

CPSP - CLUBE DOS PARAPLÉGICOS DE SÃO PAULO

CRPB - CENTROS DE REFERÊNCIA PARALÍMPICO BRASILEIRO

CTPB - CENTRO DE TREINAMENTO PARAOLÍMPICO BRASILEIRO

FP - FESTIVAL PARALÍMPICO

ICF - INTERNATIONAL CLASSIFICATION OF FUNCTIONING, DISABILITY AND HEALTH

ICC – COMITÊ COORDENADOR INTERNACIONAL

IPC - COMITÊ PARALÍMPICO INTERNACIONAL

JEEG'S - JOGOS ESTUDANTIS DO ESTADO DE GOIÁS

NIESPGO - NÚCLEOS DE INTRODUÇÃO AO ESPORTE PARALÍMPICO DE GOIÁS

OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE

PEP - PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PARALÍMPICA

PIBID - PROGRAMA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA

SADEF - SOCIEDADE AMIGOS DOS DEFICIENTES FÍSICOS

SEEL - SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

UEG - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

UFG - UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA
E A CULTURA

UNICEF – FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA

INTRODUÇÃO

A primeira competição escolar paralímpica de nível nacional ocorreu em outubro de 2006. Este evento ficou conhecido como I Campeonato Paraolímpico Escolar Brasileiro de Atletismo e Natação. No ano seguinte, aconteceu o II Campeonato Paraolímpico Escolar Brasileiro, que incluiu outras modalidades paralímpicas além do atletismo e da natação. Essas competições foram viabilizadas por meio de uma parceria estabelecida entre o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) e o Ministério do Esporte em 2006 (SENATORE, 2006).

O Projeto Paraolímpicos do Futuro previu que os I Jogos Paraolímpicos Escolares Brasileiros ocorressem em 2008. No entanto, não foram encontradas evidências sobre a efetiva implementação deste evento. Em vez disso, ocorreu em 2009 uma competição denominada "Paraolimpíadas Escolares", com modificações mínimas em sua estrutura nas edições subsequentes. No geral, esses desenvolvimentos indicam o compromisso de organizações como o CPB e de entidades governamentais, como o Ministério do Esporte, em promover oportunidades esportivas inclusivas para estudantes com deficiência no Brasil (SENATORE, 2006).

As Paralimpíadas Escolares é uma competição paradesportiva escolar, composta por diferentes modalidades paralímpicas, podem participar estudantes com as deficiências física, intelectual e visual. É o principal evento estudantil organizado pelo Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), e conta com a participação de todas as unidades da federação e do Distrito Federal. Cada unidade federativa é responsável pela organização da sua delegação que os representará a cada edição.

É permitida a participação de estudantes na faixa etária dos 12 aos 18 anos, de ambos os sexos, como critério principal para efetivação da participação estar regularmente matriculado e frequentando instituição de ensino pública ou privada. As Paralimpíadas Escolares têm como objetivo a inclusão de crianças e adolescentes com deficiência de todas as regiões do Brasil no esporte paralímpico. Um dos objetivos apontados pelo CPB para a organização desse evento escolar anual é a possibilidade da detecção de jovens talentos que possam se tornar atletas paralímpicos no futuro.

As Paralimpíadas Escolares constituem-se em uma competição que vai além da mera disputa por medalhas, mas, que contribui significativamente para a formação de atletas no

âmbito do Esporte Paralímpico no Brasil, possuindo grande potencial transformador na vida dos atletas com deficiência.

O Estado de Goiás, durante os anos de 2006 e 2019, participou de modo significativo nas Paralimpíadas Escolares, com maior destaque nas edições de 2018 e 2019, apresentando, a partir daí, um novo paradigma em relação à formação e ao desenvolvimento dos atletas com deficiência. Diante desse cenário, o tema dessa pesquisa é a formação de atletas com deficiência e as Paralimpíadas Escolares, sob o enfoque do Estado de Goiás, no período de 2006 a 2019.

A partir dessas reflexões surge a problemática que norteia essa pesquisa: A participação de atletas com deficiência nas Paralimpíadas Escolares unida às ações esportivas efetivas são capazes de influenciar positivamente a formação desses atletas?

A construção desse trabalho se justifica pelo meu interesse e afinidade com o tema durante a minha trajetória acadêmica e profissional com a Educação Física Inclusiva. Durante a graduação, ingressei como bolsista no Programa de Iniciação à Docência – PIBID, foi durante as intervenções nas aulas de educação física, nas escolas integrantes do programa, que comecei as minhas inquietações e, por conseguinte, os primeiros passos de investigação e intervenção com alunos com deficiência.

No período, desenvolvemos um projeto de intervenção com o mini-hand numa perspectiva inclusiva com a participação indistinta de todos os alunos. Nesse contato, a experiência que mais chamou atenção foi aquela com os alunos com síndrome de Down, pela alegria, pelo trabalho em conjunto com os demais colegas, um momento de possibilidades de ajuda mútua que se resumia na demonstração das potencialidades que apresentavam durante todas as aulas propostas.

Um outro fator importante para essa construção, foi o contato com o campo de estágio não obrigatório de natação paralímpica e com o esporte paralímpico competitivo. Atuando como estagiário, fui convidado para participar do campeonato brasileiro de natação paralímpica, organizado pela Confederação Brasileira de Desportos para Deficientes Intelectuais – CBDI.

No ano seguinte, durante a minha participação nas Paralimpíadas Escolares, a minha história no esporte paralímpico toma uma nova dimensão. Durante esse evento, minhas percepções a respeito da relação pessoa com deficiência e esporte foram significadas e ressignificadas. A partir das observações, vivenciando cada momento das competições, das

relações que surgiam entre os alunos com deficiência de todos os cantos do Brasil, dos alunos que acreditavam que eram únicos no mundo, que não existiam outras pessoas com a mesma deficiência.

A conversa com cada professor oriundo de diversos Estados e regiões, que contavam as principais dificuldades para o desenvolvimento e manutenção das atividades esportivas com seus alunos com deficiência no ambiente escolar. Esse primeiro momento de vivências e experiências tão intensas me causou profundas inquietações; ao ouvir de um grupo de professores do Estado de Goiás que, a maioria dos estudantes que atingem a idade limite para a participação nas Paralimpíadas Escolares desistem do esporte por não existirem iniciativas que possibilitassem a continuidade da prática dos esportes.

Ao discutir com alguns professores do interior de Goiás, a respeito da continuidade da prática esportiva dos alunos que encerraram sua participação no evento escolar, surgiu a ideia da fundação de uma associação que trabalhasse na perspectiva das atividades esportivas desses alunos com deficiência, ofertando a iniciação e o aperfeiçoamento.

No ano seguinte, fundamos a Associação Paralímpica do Estado de Goiás (ASPAEGO), atualmente Associação Paralímpica e Olímpica do Estado de Goiás (ASPAEGO), na ocasião, fui eleito presidente, com a missão de estruturar ações que permitissem a efetivação do principal objetivo de manutenção das atividades dos alunos após sua participação no período escolar.

Em paralelo a gestão da ASPAEGO, no decorrer dos anos, me especializei no ensino e treinamento do ParaBadminton, trabalhando com crianças e jovens que encerram sua trajetória nas Paralimpíadas Escolares e, em pouco tempo, se tornaram atletas com títulos nacionais e internacionais, transformando suas vidas por meio do esporte. Muitos desses atletas estão em busca da tão sonhada vaga nos Jogos Paralímpicos.

A partir dessas considerações, este estudo tem como objetivo geral analisar as contribuições oriundas da participação do Estado de Goiás nas Paralimpíadas Escolares (2006-2019) e as ações esportivas voltadas para a formação de atletas com deficiência no Estado de Goiás.

Como objetivos específicos: 1) apresentar uma introdução do esporte paralímpico no mundo e no Brasil, com os aspectos históricos e conceituais; 2) apresentar as políticas públicas e ações esportivas para a formação de atletas com deficiência no Brasil e no Estado de Goiás.

3) analisar as composições das delegações do Estado de Goiás nas Paralimpíadas Escolares, no período de 2006 a 2019 e as inter-relações estabelecidas entre o poder público e as instituições envolvidas no período demarcado.

METODOLOGIA

O método utilizado para o desenvolvimento da pesquisa é o qualitativo descritivo. A pesquisa qualitativa possibilita um entendimento profundo de ligações entre elementos, direcionado à compreensão, à manifestação do objeto de estudo (MINAYO, 2007). A pesquisa qualitativa é relacionada a aferição da realidade para além da quantidade. Parte do universo dos significados, experiências e motivações. É uma abordagem que procura compreender as subjetividades dos fenômenos sociais e do comportamento (GIL, 2008).

Bardin (1977) relata que a pesquisa qualitativa incorpora a questão do significado e da intencionalidade como parte inerente aos atos, às relações e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto nas suas transformações, como construções humanas significativas. Assim, por meio dessa abordagem, pode-se desvelar processos sociais ainda desconhecidos e complexos, pertinentes a grupos particulares, proporcionando a criação de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e categorias durante a investigação (CAVALCANTE; CALIXTO; PINHEIRO, 2014).

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A primeira técnica manejada é a revisão bibliográfica, por meio dos estudos dos principais materiais científicos publicados sobre o tema, consubstanciados em livros, artigos científicos, dissertações e teses, principalmente sobre o esporte paralímpico e a formação de atletas, bem como sobre as Paralimpíadas Escolares em outros Estados brasileiros.

ANÁLISE DOCUMENTAL

A segunda técnica procedimental é a análise documental dos boletins, editais e

informativos disponíveis no sítio eletrônico do Comitê Paralímpico Brasileiro; dos documentos informativos e oficiais, editais e notícias publicadas no sítio eletrônico da Secretaria de Estado, de Esporte e Lazer (SEEL) e notícias publicadas na mídia do Estado de Goiás a respeito da temática, todos no período compreendido entre os anos de 2006 e 2019.

Buscamos apresentar e analisar documentos relacionados à participação do Estado de Goiás nas Paralimpíadas Escolares por meio dos boletins emitidos pelo Comitê Paralímpico, levantamento de documentos oficiais disponíveis no site da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Estado de Goiás e publicações da mídia goiana.

De acordo com Moreira (2005), o processo de análise de documentos é compreendido como ferramenta de identificação e verificação com uma finalidade específica e, nesse caso, sugere-se a utilização de uma fonte conjunta de informações, permitindo assim, a contextualização das informações abarcadas nos documentos. A análise documental busca a extração de uma imagem objetiva de determinado momento e contexto, que permite ao autor localizar, identificar, organizar e avaliar as informações compreendidas no documento, contextualizando os fatos em seu tempo.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: o primeiro capítulo caracteriza, por meio de revisão bibliográfica, os aspectos históricos e conceituais sobre o esporte paralímpico, apresentando os aspectos conceituais sobre deficiência, incapacidades e limitações e sua influência na prática do Esporte Paralímpico. Posteriormente, abordamos os tópicos que tratam da segunda guerra mundial e as origens do esporte paralímpico, a introdução do esporte paralímpico no Brasil e o esporte paralímpico contemporâneo e o formato dos jogos paralímpicos.

No segundo capítulo, caracterizamos os aspectos históricos e conceituais sobre as paralimpíadas escolares e os projetos e ações que servem de apoio para o seu desenvolvimento. Apresentamos as iniciativas do CPB para o fortalecimento do esporte paralímpico escolar em parceria com universidades, secretarias de esporte e educação dos Estados, mostrando a implementação e evolução dos projetos no Brasil e no Estado de Goiás.

Já no terceiro capítulo, analisamos as composições das delegações do Estado de Goiás nas Paralimpíadas Escolares, no período de 2006 a 2019 e as inter-relações estabelecidas entre o poder público e as instituições envolvidas com as Paralimpíadas Escolares no período demarcado para o estudo, bem como sobre as ações esportivas para a formação de atletas jovens com deficiência.

1 ASPECTOS CONCEITUAIS E HISTÓRICOS SOBRE AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E O ESPORTE PARALÍMPICO NO MUNDO E NO BRASIL

Conhecer os conceitos manejados em uma pesquisa científica é de substancial importância. Assim, também se configura como essencial traçar os aspectos históricos do tema que está sendo discutido. Nesse sentido, para compreender melhor o tema delimitado, bem como atingir o objetivo geral da dissertação e um dos objetivos específicos, é necessário apresentar os principais aspectos conceituais e históricos.

Nessa linha de raciocínio, o presente capítulo busca trazer uma evolução histórica no tratamento do tema “deficiência” nos âmbitos mundial e nacional. Nessa parte, demonstrar como as sociedades lidam com as pessoas com deficiência, desde os primórdios da história até os dias atuais.

Portanto, nesse primeiro momento da pesquisa, por meio da técnica de revisão bibliográfica, são estabelecidos marcadores históricos que demonstram as diversas fases pelas quais o tratamento do tema “deficiência” passou, como o de quando as pessoas com deficiência eram totalmente segredadas no meio social, ou de quando eram tratadas somente como pessoas doentes, passíveis de tratamento.

Além disso, a primeira parte do capítulo busca demonstrar a importância do cenário após a Segunda Guerra Mundial para a evolução de tratamento do tema “deficiência”, bem como dissertar sobre a passagem de um modelo de tratamento exclusivamente médico para um modelo de inserção social completa das pessoas com deficiência, com a garantia de direitos fundamentais.

Por sua vez, a segunda parte do capítulo traz os conceitos de deficiência, as causas e as suas relações sociais e com os direitos. Traz como as pessoas com deficiência lutaram e ainda lutam pela conquista dos direitos mais básicos, como ao esporte. Por fim, disserta sobre os direitos constitucionais das pessoas com deficiência, de modo geral, e do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Já a terceira parte do capítulo apresenta os aspectos históricos e conceituais sobre o esporte paralímpico no mundo e no Brasil, trazendo os principais marcadores históricos e de definição dos esportes para as pessoas com deficiência e como ocorreu a sua evolução

conceitual e histórica no meio social.

1.1 A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DE TRATAMENTO DO TEMA “DEFICIÊNCIA” NO MUNDO E NO BRASIL

Desde os primórdios da história, lidar com a presença de pessoas com deficiência representa um grande desafio. As condições difíceis do ambiente tornavam a sobrevivência e a inclusão em grupos extremamente complicadas. Com o passar dos séculos, as comunidades aprenderam a se organizar em busca de recursos. A inteligência humana começou a se destacar e a compreensão do mundo ao redor se expandiu, com rituais em homenagem ao sol, à lua e aos animais.

Segundo Pereira (2003), a sobrevivência de pessoas com deficiência era praticamente inexistente nas sociedades primitivas, que consideravam esses indivíduos como um fardo. A força física era muito valorizada e muitas tribos chegavam a abandonar crianças com deficiência devido a isso.

Destacamos que a deficiência esteve sempre presente ao longo da história, de maneiras variadas, porém muitas vezes ocultas, ignoradas, reprimidas, julgadas, condenadas, aceitas, ou seja, de alguma forma a deficiência sempre fez parte da trajetória do ser humano, influenciando suas crenças e preocupações, seja no sentido de aceitação ou negação (CORRENT, 2016).

Ainda de acordo com Corrent (2016), na antiguidade, sociedades como as gregas, egípcias e romanas já exploravam esse tema em seus contextos sociais e históricos. É importante ressaltar que toda a história da humanidade é resultado de diferentes abordagens que defendem princípios que podem ser variados, beneficiando ou prejudicando indivíduos. Entre esses princípios está a questão da deficiência, que engloba uma variedade de ideias valorizadas, criticadas, excluídas ou mantidas, dependendo da época, contexto histórico, social, econômico e político.

Segundo Castro et. al. (2008), é possível encontrar registros literários de indivíduos com limitações físicas, tanto na mitologia grega quanto na romana. Essa ideia se tornou cada vez mais comum ao longo da história, principalmente após os soldados retornarem das batalhas, trazendo consigo deficiências resultantes de ferimentos sofridos.

Para os gregos antigos, os indivíduos com deficiência não eram vistos como parte ativa

da sociedade, pelo contrário, eram vistos como uma oposição aos valores estabelecidos, sendo considerados seres inferiores, ou seja, uma categoria abaixo da humanidade. Por essa razão, os gregos não aceitavam os deficientes em sua sociedade, acreditando que até mesmo as crianças com deficiência deveriam ser eliminadas. O mais surpreendente era como esses preconceitos eram amplamente aceitos e defendidos, de forma natural e persuasiva (CORRENT, 2016).

Na Roma antiga a visão não era diferente, suas leis não eram favoráveis aos indivíduos nascidos com deficiência. Os pais tinham permissão para tirar a vida de crianças com deficiências físicas, muitas vezes recorrendo ao afogamento. Registros históricos indicam que os pais também abandonavam seus filhos em cestos no Rio Tibre, ou em locais considerados sagrados. Os sobreviventes eram muitas vezes explorados nas cidades por pedintes, ou acabavam se apresentando em circos para entreter a elite (GUGEL, 2007).

Corrent (2016) diz que, no auge do Império Romano, legiões de soldados retornavam das batalhas com amputações, iniciando um sistema hospitalar rudimentar. Nesse período, as pessoas com deficiência eram marginalizadas, afastadas e excluídas da convivência com os considerados normais. Esse momento é conhecido como o paradigma da exclusão ou até mesmo a eliminação das pessoas com deficiência.

Na civilização do Egito Antigo, Corrent (2016) relata que a abordagem das deficiências era mais tolerante, sem exclusão, juízo ou reprovação. Pelo contrário, os egípcios eram mais compassivos em relação a essas questões, demonstrando afeto e preocupação com as pessoas que apresentavam deficiências, dando-lhes oportunidades de emprego, sustento e uma vida digna como qualquer outra pessoa.

Ao contrário dos egípcios, os gregos tinham grande apreço pelo corpo saudável e pela prática de exercícios físicos. Manter a boa forma era fundamental para eles e uma questão social. Os espartanos e atenienses, por exemplo, levavam muito a sério a prática de atividades físicas. Segundo a visão dos gregos, as pessoas com deficiência não possuíam qualquer valor para a sociedade, pelo contrário, eram vistas como um empecilho para a realização de seus ideais, sendo até mesmo consideradas seres inferiores, ou seja, indivíduos que estavam abaixo da dignidade humana (SCHMIDT, 2011).

A idade média teve início após a queda do Império Romano no Século V, no ano de 476 d.C. e seu fim com a Queda de Constantinopla, no Século XV, em 1453, sendo caracterizada por condições de vida e saúde precárias. Naquela época, as pessoas consideravam o nascimento de indivíduos com deficiência como uma punição divina. Muitos acreditavam que essas pessoas

possuíam poderes especiais de feitiçaria ou bruxaria. As crianças com deficiência que sobreviviam eram frequentemente separadas de suas famílias e sofriam zombarias. Pessoas com nanismo e outras deficiências físicas eram alvos de diversão e risos por parte das classes mais abastadas, como retratado na literatura da época (PEREIRA; SARAIVA, 2017).

Ainda de acordo com Pereira e Saraiva (2017), durante o século XV, o príncipe Anhalt da Alemanha saxônica, confrontou de modo aberto o líder religioso Martinho Lutero, ao não seguir a sua instrução de afogar crianças com limitações e atrasos cognitivos. Lutero defendia a ideia de que tais indivíduos não possuíam essência humana e estavam sob influência de seres malignos, como bruxas.

Na Europa, os séculos XVI e XVII foram caracterizados pela presença em massa de indivíduos carentes, mendigos e pessoas com deficiência. Já durante os séculos XVII e XVIII, observou-se um considerável avanço na oferta de cuidados às pessoas com deficiência nos hospitais. Surgiram serviços especializados em ortopedia para os mutilados em batalhas e para os indivíduos cegos e surdos. O médico Philippe Pinel (1745-1826) quem defendeu que as pessoas com transtornos mentais mereciam ser tratados como enfermos, em contraste com a abordagem violenta e discriminatória adotada na época (GUGEL, 2007).

No entanto, entre os Séculos XVI e XIX, as pessoas com deficiência permaneciam segregadas, sendo alojadas em asilos, conventos e abrigos, surgindo então o primeiro hospital psiquiátrico da Europa, que se assemelhava as prisões sem qualquer tipo de tratamento especializado. Isso se deve ao progresso da Medicina que enxergou essas pessoas não mais como asiladas, mas sim como enfermas a serem tratadas em ambiente hospitalar, no entanto mantendo-as isoladas em hospitais e instituições fechadas. O modelo médico passou a predominar no tratamento da deficiência, que passou a ser vista como uma condição patológica (PEREIRA; SARAIVA, 2017).

De acordo com Carmo (1994), durante o período que antecedeu a colonização e o império no Brasil, são poucos os registros de pessoas com deficiência, sendo que na maioria dos casos eram resultantes de conflitos ou acidentes na floresta. Não há relatos de deficiências físicas de origem congênita, mas era culturalmente valorizado o sacrifício no momento do nascimento. No período, destacam-se enfermidades frequentes devido à falta de nutrientes. No entanto, é importante salientar o grande número de pessoas negras escravizadas deficientes presentes nessa época, que eram vítimas de abusos, punições físicas ou acidentes de trabalho nas plantações de cana-de-açúcar.

Segundo Zavareze (2009), entre o final do século XVIII e meados do século XIX, que a atenção dada às pessoas com deficiência apresentou uma leve melhora, com a abertura de instituições voltadas para abrigá-las, porém com condições precárias e sem um atendimento especializado adequado. Durante esse período histórico da humanidade, as instituições de ensino não aceitavam alunos com deficiência, sendo muitas vezes rotulados como doentes. Surgiram então escolas e classes especiais, destinadas exclusivamente àqueles que eram rejeitados pelas escolas regulares devido às suas deficiências, alegando a necessidade de um atendimento especializado com foco médico e clínico, e não pedagógico (MENICUCCI, 2006). Essa época foi marcada pelo paradigma da segregação, que resultou no isolamento e na institucionalização das pessoas com deficiência. Com o intuito de combater a segregação, surgiram as escolas de educação especial por volta do meio do século XX (PEREIRA; SARAIVA, 2017).

Entre os anos de 1902 e 1912, na Europa, houve um aumento no desenvolvimento e estruturação de organizações destinadas a auxiliar indivíduos com deficiência. Recursos foram arrecadados para garantir o funcionamento dessas instituições, surgindo uma preocupação cada vez maior em relação às condições dos ambientes onde as pessoas com deficiência residiam. Já se compreendia a importância da participação ativa desses indivíduos no dia a dia e sua integração na sociedade (ZAVAREZE, 2009).

Já na Alemanha, nos anos subsequentes, foi realizado o primeiro levantamento populacional de indivíduos com deficiência, com a finalidade de estruturar o Estado para oferecer uma assistência mais adequada a essas pessoas. Nos Estados Unidos, ocorreu a Primeira Conferência da Casa Branca sobre o Cuidado de Crianças com Deficiência e, em Boston, no ano de 1907, a Goodwill Industries estabeleceu as primeiras classes de emprego protegido voltadas para pessoas com deficiência nas corporações (PEREIRA; SARAIVA, 2017).

Em 1914, o Império Alemão entra em conflito armado. Durante a Primeira Guerra Mundial, que ocorreu de 1914 a 1918, houve confrontos entre os Impérios Alemão, Austro-Húngaro e Turco-Otomano contra os Impérios Britânico, França, Rússia e, por fim, os Estados Unidos. Esse período foi marcado por muita escassez ao redor do mundo. As mulheres passaram a trabalhar para sustentar suas famílias enquanto seus maridos estavam no campo de batalha. As crianças, com ou sem deficiência, foram abrigadas (PEREIRA; SARAIVA, 2017).

Ainda de acordo com o autor, mesmo após o término da guerra, os conflitos políticos

persistiram e os países enfrentaram crises financeiras. Era fundamental que os governos se preocupassem em reabilitar os ex-soldados, visando a melhoria na qualidade de vida dos jovens veteranos.

A Segunda Guerra Mundial, de 1939 a 1945, liderada por Hitler, causou grande comoção devido às atrocidades cometidas. O Holocausto resultou na perda de vidas de judeus, Povos Romani (popularmente chamados de ciganos) e pessoas com deficiência. Estima-se que 275 mil adultos e crianças com deficiência tenham morrido durante esse período, e outras 400 mil pessoas suspeitas de possuírem hereditariedade de deficiências foram esterilizadas em nome da ideologia da raça ariana pura. O desfecho trágico da guerra, com os bombardeios nucleares em Hiroshima e Nagasaki pelos Estados Unidos, resultou na morte de 222 mil pessoas, deixando sequelas nos sobreviventes civis (PEREIRA, ; SARAIVA, 2017).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo precisou passar por um processo de reconstrução. A Europa e os países aliados estavam devastados devido aos confrontos com Hitler. As cidades necessitavam de reconstrução, as crianças órfãs precisavam de abrigo, comida, roupas, educação e cuidados médicos. Os adultos que sobreviveram às batalhas enfrentavam sequelas e precisavam de tratamento médico e reabilitação.

Segundo Pereira e Saraiva (2017), a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945, em Londres, por meio da Carta das Nações Unidas, visava a cooperação entre os países-membros para solucionar os problemas mundiais. Diversas agências foram estabelecidas para lidar com diferentes temas, como a UNESCO (para educação, ciência e cultura), UNICEF (para a infância) e a OMS (para saúde).

Em 1948, na nova sede da ONU em Nova York, a comunidade internacional se reuniu, com o comprometimento de nunca mais permitir as atrocidades cometidas durante a Segunda Guerra Mundial. Os líderes mundiais decidiram fortalecer a Carta das Nações Unidas, declarando, em um único documento, todos os direitos de cada indivíduo, a qualquer momento e em qualquer lugar. Assim, nasceu a Declaração Universal dos Direitos Humanos, originalmente intitulada de Declaração Universal dos Direitos do Homem, nomenclatura modificada graças às lutas feministas da época.

Durante esse período de reconstrução, as organizações voltadas para indivíduos com deficiência se estabeleceram em todo o mundo, com o objetivo principal de promover sua inclusão social e aprimorar os recursos de assistência para pessoas com deficiências físicas, auditivas e visuais. Foi a partir do século XX que indivíduos com deficiência passaram a ser

reconhecidos como cidadãos com direitos e responsabilidades na sociedade, embora ainda de forma assistencialista, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos (PEREIRA, ; SARAIVA, 2017).

Entretanto, após a Segunda Guerra Mundial, é que surgiu realmente uma grande preocupação em relação à deficiência. Com a destruição de vários lugares, milhões de vidas perdidas e uma enorme quantidade de pessoas feridas, muitas delas se tornaram deficientes devido aos conflitos. Esse cenário despertou na sociedade a necessidade de garantir os direitos dessas pessoas que, anteriormente, não possuíam qualquer tipo de deficiência. Isso porque as ocorrências eram diversas, abrangendo desde deficiências mentais até as físicas (CORRENT, 2016).

Ao longo do século XX, houve significativos progressos para os indivíduos com deficiência, especialmente no que diz respeito aos recursos de tecnologia assistiva. Os equipamentos utilizados anteriormente (como cadeiras de rodas, bastões, métodos de ensino para deficientes auditivos e visuais) passaram por aprimoramentos. Mesmo diante dos conflitos frequentes, a sociedade se uniu em conjunto para lidar com os desafios e proporcionar um atendimento mais eficaz às pessoas com deficiência (PEREIRA; SARAIVA, 2017).

Em relação ao Brasil, é importante ressaltar que até a metade do século XX, o governo brasileiro não tinha implementado medidas para garantir direitos às pessoas com deficiência e, por isso, a comunidade civil desenvolveu instituições focadas em auxílio nas esferas educacionais e de saúde.

Inicialmente, os indivíduos com deficiência eram considerados sem utilidade para a sociedade, sendo frequentemente rotulados por muito tempo como inválidos, um termo que sugere ausência de valor (LISBOA, 2020). Após, com a sensibilidade da sociedade civil é que se iniciou a preocupação com o tema da deficiência, com a criação de entidades privadas voltadas às pessoas com deficiência.

A sociedade começou a perceber a necessidade de apoio para pessoas com diferentes tipos de deficiências, não se limitando apenas aos já tradicionalmente acolhidos (cegos e surdos), o que resultou na criação de novas entidades especializadas. Foi a partir do surto de poliomielite nos anos 50 que surgiram as primeiras instituições de reabilitação, com o objetivo de reintegrar essas pessoas à sociedade (LANNA JÚNIOR, 2010).

Mais tarde, nos anos finais dos anos 70, a sociedade começou a procurar novos termos,

com o objetivo de reduzir essa imagem ligada às deficiências. No começo dos anos 80, foi estabelecido o Ano Internacional da Pessoa com Deficiência (AIPD). Acredita-se que foi a partir desse momento que a sociedade começou a perceber essas pessoas, dando-lhes mais destaque. É primordial ressaltar a batalha travada pelos grupos sociais em prol do reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência e contra a discriminação (SILVA; OLIVER, 2019).

1.2 OS CONCEITOS E CAUSAS DAS DEFICIÊNCIAS E A SUAS RELAÇÕES COM OS ASPECTOS SOCIAIS E DE DIREITOS

Assim como em várias nações, a trajetória dos deficientes no Brasil foi marcada por discriminação, exclusão, abandono, até chegar à inclusão por meio de serviços especializados. É importante ressaltar que houve avanços significativos na legislação nacional nesse sentido, com a participação ativa das próprias pessoas com deficiência.

De acordo com Lisboa (2020), os direitos dessa parcela vulnerável da população foram reconhecidos por meio da mobilização social, culminando em leis que garantiram seus direitos. Dentre esses direitos estão a garantia de respeito, dignidade, liberdade, e inclusão social e no mercado de trabalho. No entanto, apesar de as leis e normas contribuírem para a integração social, ainda há um longo caminho a ser percorrido na valorização da diversidade humana.

No ano de 1988, a Constituição Federal trouxe mudanças significativas em relação às políticas voltadas para as pessoas com deficiência, sendo a primeira vez que a palavra pessoa foi mencionada para se referir a esse grupo. Esse avanço se deu principalmente devido ao caráter democrático e focado nos direitos fundamentais da atual Constituição. É importante ressaltar que a conquista dos direitos constitucionais em 1988 foi resultado de uma longa luta da sociedade e dos movimentos sociais (LANNA JÚNIOR, 2010).

No ano de 2009, por meio do Decreto nº 6.949, o Brasil adotou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo de 2007, que tem como principal objetivo “promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente” (artigo 1, primeira parte).

Essa Convenção conceitua pessoa com deficiência “Pessoas com deficiência são

aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas” (artigo 1, segunda parte). No artigo 30, a referida Convenção garante o direito ao esporte às pessoas com deficiência.

Com o fim de fortalecer os direitos das pessoas com deficiência, no ano de 2015 foi sancionada a Lei 13.146/2015, que instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência, entrando em vigor em 06/01/2016. Esse estatuto tem como principal propósito garantir a proteção da dignidade das pessoas com deficiência, trazendo inovações em relação à capacidade civil e estabelecendo diversos direitos para esse grupo (GADELHA et. al, 2022). Antes desse instrumento legal, as pessoas com deficiência eram consideradas civilmente incapazes, o que mudou, passando eles a terem capacidade civil plena.

Nos dias de hoje, um dos principais direitos das pessoas com deficiência está ligado à valorização da humanidade, o qual foi estabelecido como um princípio ao longo da história (WEYNE, 2013). A valorização do ser humano não apenas reflete a liberdade do indivíduo que define os direitos pessoais, ligados à noção de independência na tomada de decisões essenciais à vida, mas também exige contribuições do Estado, principalmente quando a capacidade de decisão dos indivíduos no contexto coletivo está enfraquecida ou ausente (SOARES, 2009).

Ao longo de muitos anos, indivíduos com deficiência foram frequentemente rotulados como fracassados, sem valor ou simplesmente ignorados pela sociedade antes de surgir a ideia de inclusão. No entanto, para que isso se tornasse realidade, foi necessário estabelecer leis que ensinassem as pessoas a respeitarem e aceitarem as diferenças.

Muitos viam a deficiência como uma razão para excluí-los da sociedade, levando à sua internação como solução. Posteriormente, foram estigmatizados como loucos, considerados inaptos para integrar a sociedade e, por fim, como anormais. A sociedade começou a despertar para essa realidade, mas sem abandonar completamente seus preconceitos e tendências discriminatórias (BERGAMO, 2010).

A origem da construção do conceito de deficiência foi desenvolvida ao longo do tempo, envolvendo premissas teóricas tanto do enfoque médico quanto do enfoque social. Além das fundamentações teóricas de pesquisadores que estudam indivíduos com deficiência, as classificações da Organização Mundial da Saúde e a legislação interna contribuíram para a construção desse conceito, à medida que novas perspectivas sobre a inclusão foram surgindo e

se tornando parte do olhar abrangente para proteger os direitos (MATOS; RAIIO; ARRUDA, 2022).

De acordo com os estudos de Carmo (1994), é desafiador definir critérios precisos para compreender a deficiência de maneira geral, principalmente quando se trata da deficiência física. Nesse sentido, o autor não chega a uma conclusão clara sobre a relação entre discurso e realidade.

A deficiência é considerada inicialmente como uma condição intelectual ou física que limita a execução de determinadas atividades do indivíduo, sendo relacionado com uma condição médica. Essa definição médica foi substituída por um conceito social, a deficiência passa a abranger questões físicas, culturais e de políticas públicas.

Segundo Matos; Raio e Arruda (2022), surge uma complexidade ao tentar definir o que é deficiência, uma vez que existe uma variedade de fatores em jogo, como os relacionados à assistência, sociedade, legislação, ciência e política. Sendo assim, são examinados os dois modelos de deficiência que incluem diferentes perspectivas sobre a definição, a saber, o modelo médico e o modelo social.

A perspectiva da área da saúde, o entendimento da deficiência está ligado às questões biológicas do déficit. A base fisiológica é fundamental para classificar alguém como deficiente, seja por motivos de doença, lesão ou outro problema de saúde. Por isso, é importante a atuação de especialistas no sentido de reverter essa condição. Já o modelo social surge como uma verdadeira antítese ao modelo médico. Nesse sentido, a deficiência é vista como consequência de obstáculos físicos, organizacionais e de atitude presentes na sociedade, tornando-a uma experiência social genuína e não apenas individual, como proposto pelo modelo médico (MATOS; RAIIO; ARRUDA, 2022).

Na estrutura da sociedade, a deficiência é considerada um fenômeno ligado à sociologia, enquanto a lesão é vista como um termo ligado à biologia. A interpretação da lesão como deficiência tem um caráter predominantemente social. Portanto, a explicação para a baixa escolaridade ou desemprego de uma pessoa com deficiência não deve ser atribuída apenas às limitações causadas pela lesão, mas sim às barreiras de acessibilidade que impedem a manifestação de seu potencial (BAMPI; GUILHEM, 2010).

Não podemos desconsiderar os progressos alcançados na técnica biomédica para o cuidado ou aprimoramento da saúde física das pessoas com deficiência (MATOS; RAIIO;

ARRUDA, 2022). Contudo, visualizar esses indivíduos como detentores de direitos iguais aos das pessoas sem deficiência, aceitando suas peculiaridades, sem que isso seja encarado como algo a ser corrigido, ou mesmo tratado com medicamentos, como no amplo processo de medicalização enfrentado pelas pessoas com deficiência parece ser escolha acertada.

Assim, a OMS (2005), descreve o conceito de deficiência como a perda ou anormalidade de uma parte do corpo (estrutura) ou função corporal (função fisiológica). As funções fisiológicas incluem as funções intelectuais, baseando-se em um desvio significativo da norma biomédica estabelecida, e só deve ser usada nesse sentido.

Já o conceito de incapacidade é definido como um termo para déficit, limitação e restrição de participação. Denota aspectos negativos da interação entre os indivíduos (saúde) e seus fatores contextuais individuais (fatores ambientais e pessoais). A conceituação de limitação diz respeito às dificuldades que um indivíduo pode ter ao realizar uma tarefa. A limitação pode ser leve ou grave nas variáveis quantidade e qualidade (DUARTE; SILVA, 2012 *apud* OMS, 2001).

A Organização Mundial da Saúde apresenta duas categorias de referência para descrever os estados de saúde: A Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10) e a Classificação Internacional de Funcionalidades (CIF), que são importantes ferramentas na área da saúde.

Enquanto a CID-10 classifica e registra enfermidades reconhecidas pela OMS, como doenças, distúrbios e lesões, a CIF - Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde define que deficiência e incapacidade não são apenas resultados de problemas de saúde e doenças, mas também são influenciadas pelo ambiente físico, contexto político e fatores sociais. A CIF organiza informações relacionadas a diversos estados de saúde, visando padronizar a linguagem internacional para descrever aspectos da funcionalidade, incapacidade e saúde (PEREIRA; SARAIVA, 2017).

A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) é um sistema que visa descrever os aspectos relacionados à capacidade funcional, incapacidade e saúde das pessoas de maneira global, tornando-se uma referência universalmente reconhecida. Sua abordagem é interdisciplinar e pode ser utilizada em diversos contextos culturais, incluindo pela primeira vez a consideração dos fatores de contexto. Diferentemente da Classificação Internacional de Doenças (CID), a CIF demanda uma análise mais detalhada (MATOS; RAIIO; ARRUDA, 2022).

Mesmo que já tenham sido consideradas na literatura ou em acordos internacionais como termos parecidos, a CIF estabelece uma distinção entre deficiência e incapacidade. A deficiência refere-se a mudanças no corpo, ao passo que incapacidade engloba uma gama maior de aspectos, indicando os impactos negativos da relação entre um indivíduo e seus fatores ambientais ou pessoais. Isso significa que uma pessoa pode apresentar deficiência física, por exemplo, sem necessariamente enfrentar alguma forma de incapacidade. Por outro lado, alguém pode ter uma forma de incapacidade, mesmo sem possuir alguma deficiência física (PEREIRA; SARAIVA, 2017).

De acordo com Mont (2010), a padronização de conceitos e terminologias apresentadas pela CIF e recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), ampara a caracterização da população com deficiência, permitindo assim, que os dados possam ser utilizados para estudos internacionais.

Estima-se que 600 milhões de pessoas vivem com algum tipo de deficiência ao redor do mundo, a maior parte vive em países em desenvolvimento e subdesenvolvidos. A pobreza é um dos fatores que ocasiona a deficiência, já que isto envolve aspectos como a desnutrição, os serviços de saúde insuficientes, o sistema precário de saneamento, as condições de moradia e de trabalho. Todavia, a deficiência cria uma barreira limitando o processo educacional, a oportunidade de emprego e a participação em atividades sociais, quando não ocorre a participação de políticas públicas (DUARTE; SILVA, 2012).

A deficiência não acarreta apenas modificações físicas no indivíduo. Quando ocorre uma limitação desta capacidade, sua autonomia é diminuída, e causa diminuição na qualidade de vida. Grande parte das deficiências são causadas por lesões, incluindo as resultantes de acidentes de trânsito, quedas, queimaduras, atos de violência, guerras e conflitos (ONU, 2010).

De acordo com Duarte e Silva (2012), são exemplos de lesões relacionadas que resultam na deficiência: a) Limitação física e/ou cognitiva relacionadas a trauma recente; b) Paralisia relacionada a trauma na medula espinhal; c) Amputação completa ou parcial de membros; d) Malformação de membros, resultando em deficiência na mobilidade; e) Trauma psicológico e; f) Deficiência sensorial, como visual ou auditiva.

Segundo Reid (1993), a qualidade de vida abrange diversos fatores, como moradia, alimentação, emprego, esporte, lazer cultura, entre outros. Sendo assim, a capacidade de realizar movimentos corporais de forma eficiente é um elemento básico e que interliga esses fatores, portanto, as limitações que ocorrem devido à deficiência alteram substancialmente as atividades

de vida diária e de vida prática da pessoa, assim como sua inserção no mercado de trabalho (DUARTE; SILVA, 2012).

Por exemplo, autores como Munster (2005); Moura e Pedro (2006) e Winnick (2006), discorrem a respeito da deficiência visual, se referindo à perda visual que não pode ser corrigida com lentes por prescrição regular. Tanto a cegueira total, ou seja, a perda total da visão nos dois olhos, quanto a baixa visão são irreversíveis e com acentuada diminuição da acuidade visual, a qual não se consegue corrigir pelos recursos ópticos comuns. Para Alves e Duarte (2005), a deficiência visual provoca perda significativa de informações sobre o meio em que a pessoa vive, prejudicando a interação social e possíveis oportunidades de uma participação plena nos diversos aspectos da vida cotidiana.

De acordo com Craft (1990), a movimentação reduzida do deficiente visual pode trazer como consequência problemas posturais e baixa resistência cardiovascular, também associa dificuldades no controle corporal, no equilíbrio, na postura, na coordenação motora e na falta de oportunidades de realizar movimentos ativos no início da infância.

De acordo com Duarte e Silva (2012), as maiores dificuldades para se realizar pesquisas epidemiológicas estão na variedade de definições, como falta de padronização de metodologias nas pesquisas, na diversidade do perfil demográfico e das questões culturais e sociais.

1.3 A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO ESPORTE PARALÍMPICO NO MUNDO E NO BRASIL

A origem da palavra "Paraolimpíadas" tem raiz no grego e significa "paralelo", em referência ao evento esportivo paralelo às Olimpíadas. Alice Hunter, uma paciente do hospital de Stoke Mandeville com paraplegia, foi a responsável por utilizar o termo "Paraolimpíadas" pela primeira vez em um artigo para a revista *The Cord Journal of the Paraplegics*, intitulado *Alice nas Paraolimpíadas*, no qual contava sua história no esporte (MAUBERG-DECASTRO, 2011).

Conforme dados do Comitê Paralímpico Internacional (IPC) (IPC, 2010), o esporte destinado às pessoas com deficiência tem uma história de mais de um século. Após a Primeira Guerra Mundial, a fisioterapia e a medicina esportiva passaram a ter tanta importância quanto

as intervenções cirúrgicas internas e ortopédicas. Antes dos movimentos esportivos surgidos após a guerra, na Europa e nos Estados Unidos, há poucos registros formais de práticas esportivas entre pessoas com deficiência (MAUERBERG-DECASTRO; TOLOI; CIDADE, 2011).

Segundo Araújo (1997), os primeiros atletas com deficiência eram surdos. No fim do século XIX, escolas para surdos nos Estados Unidos incluíram o futebol em suas atividades escolares. O primeiro campeonato internacional aconteceu em 1924 em Paris, conhecido como Jogos do Silêncio.

O IPC (2010) informa que clubes esportivos para surdos já existiam em Berlim desde 1888. A World Deaf Sports Organization (CISS) foi estabelecida em 1922 e é responsável por organizar seus próprios jogos, as Deaflympics (Olimpíadas dos Surdos). Em 1946, o Goalball surgiu na Alemanha como uma atividade de reabilitação para veteranos de guerra cegos, tendo sido idealizado por Reindle e Lorenzen (STEADWARD; PETERSON; PETERSON, 1997).

Após o término da Segunda Guerra Mundial, houve um avanço significativo no desenvolvimento do esporte de alto rendimento para pessoas com deficiência. Diversas atividades, jogos e modalidades surgiram para atender a demanda dos muitos indivíduos deficientes, especialmente ex-combatentes feridos durante a guerra (MAUERBERG-DECASTRO; TOLOI; CIDADE; 2011).

A prática de atividades físicas e esportivas, apesar de causar certa desconfiança na sociedade nas décadas de 30 e 40, acabou sendo reconhecida como fundamental para a reabilitação física, emocional e psicológica dos veteranos que retornavam das zonas de conflito. Centros e hospitais de reabilitação passaram a incluir o esporte em seus programas de recuperação, atendendo aos interesses dos participantes e de alguns médicos, como o renomado Dr. Ludwig Guttmann (STROHKENDEL, 1996).

Um convite do governo britânico foi feito ao médico Dr. Ludwig Guttmann, recém-chegado imigrante alemão, para iniciar um centro de reabilitação de lesões medulares no Hospital de Stoke Mandeville. Guttmann acreditava no poder terapêutico do exercício através da prática esportiva e, em 1944, ao estabelecer o centro de reabilitação, ele também implementou a prática esportiva para os soldados feridos internados no Hospital Nacional de Stoke Mandeville, na Inglaterra.

Em 1948, Guttmann introduziu na Europa o primeiro programa estruturado de esportes

para cadeirantes. As motivações para a prática esportiva por parte dessas pessoas desafiaram muitas das concepções médicas da época, as quais viam os pacientes como vítimas sem esperança de viver uma vida significativa (MAUERBERG-DECASTRO; TOLOI; CIDADE; 2011).

Segundo Sherrill (1998), em 1946 os torneios e exibições de basquete em cadeira de rodas começaram nos Estados Unidos, sendo realizados em diversos estados, dentre eles o de Nova York. Foi em 1952, que os primeiros jogos internacionais para pessoas com lesões medulares ocorreram na Inglaterra, em Mandeville. O Dr. Guttmann foi fundamental nesse processo, atraindo um grupo de veteranos de guerra holandeses para a competição de 1952, tornando os Jogos de Stoke Mandeville internacionalmente conhecidos.

Na ocasião, aproximadamente 20 atletas veteranos de guerra participaram do evento. Os métodos desenvolvidos por Dr. Guttmann se espalharam por diversos países, com médicos de todo o mundo adotando a sistemática do esporte como parte fundamental para a reabilitação física e social dos pacientes participantes (SHERRILL, 1998).

Em 1960, Antonio Maglio, que era o diretor do Centro de Reabilitação de Lesões Medulares de Ostia, na Itália, sugeriu que os Jogos Internacionais de Stoke Mandeville fossem unidos à XVI Olimpíada em Roma. Algumas semanas após os Jogos Olímpicos, ocorreram os IX Jogos Internacionais de Stoke Mandeville. O sonho do Dr. Guttmann tornou-se realidade, sendo este um momento histórico na história dos Jogos Paralímpicos.

O evento contou com a presença de 400 atletas representando 23 países. A primeira-dama da Itália, Carla Gronchi, inaugurou os jogos no Estádio Olímpico de Roma. O Papa João XVIII elogiou e reconheceu o trabalho do Dr. Guttmann, comparando-o ao fundador dos Jogos Olímpicos modernos. Naquela edição, apenas atletas em cadeira de rodas competiram nos primeiros Jogos Paralímpicos.

O Dr. Guttmann ampliou as modalidades esportivas para os atletas em cadeira de rodas, incluindo boliche, tênis de mesa, arremesso de peso, lançamento de dardo, natação, esgrima e bilhar. Posteriormente, em 1960, foi introduzida a modalidade de levantamento de peso (ALENCAR, 1997). Ainda de acordo com o autor, surgiu a ideia de criar um evento semelhante às Olimpíadas durante os jogos de Roma em 1960, Dr. Guttmann planejava chamá-lo de Jogos Paraolímpicos. A inspiração veio dos Jogos Internacionais de Stoke Mandeville (ISMG), que aconteciam anualmente no Hospital de Stoke Mandeville entre 1955 e 1959, com Dr. Guttmann como líder.

De acordo com Strohkendel (1996), a razão pela qual outros tipos de deficiências não eram considerados nos ISMG era a dificuldade de os sistemas de classificação esportiva em cadeira de rodas, focados na avaliação médica, em corrigir as injustiças na classificação. Atletas com deficiências causadas pela pólio e lesões incompletas tinham vantagens claras sobre aqueles com lesões medulares completas. Até 1968, o sistema de classificação esportiva em cadeira de rodas falhou em refletir as habilidades reais dos lesionados medulares. Diante da complexidade para resolver essas questões, o ISMG adiou a inclusão de outras deficiências nas competições (MAUBERG-DECASTRO, 2011).

Segundo Alencar (1997), em outros países ao redor do mundo, já estavam surgindo diversos movimentos esportivos além do centro de Stoke Mandeville. Em 1960, a Federação Internacional de Veteranos de Guerra estabeleceu a Associação Desportiva Global para Pessoas com Incapacidades (ADGPI), que foi oficialmente fundada apenas em 1964.

Inicialmente, a ADGPI representava amputados, pessoas com deficiência visual e lesões na coluna. Com a formação de novas entidades esportivas para diferentes tipos de deficiências, atualmente somente amputados e les autres fazem parte da ADGPI. Norman Acton foi o primeiro presidente da associação, porém após um ano ele renunciou e cedeu o cargo ao Dr. Guttmann (ALENCAR, 1997).

No ano de 1962, ocorreu na Austrália o inaugural British Common Wealth Multi-Sport Games, que, quatro anos mais tarde, foi realizado novamente na Jamaica. Esse torneio se repetiu em 1967, mas no Pan Am Multi-Sport Games, sediado em Winnipeg, na província de Manitoba, Canadá. Neste evento, pela primeira vez, atletas com diferentes tipos de deficiência, além dos cadeirantes, participaram de competições esportivas em cadeiras de rodas (STROHKENDEL, 1996).

No Canadá, em 1976, além dos atletas com lesão medular, a presença de participantes com diferentes tipos de deficiência resultou na criação da Olimpíada dos Deficientes Físicos. Contudo, o Comitê Olímpico Internacional (COI) recusou esse nome. Somente em 1984, durante os jogos, o COI aprovou a sugestão de Robert Jackson, presidente do ISMG, para adotar a denominação Paralympics. Em fevereiro de 1985, o Comitê Coordenador Internacional (ICC) concordou com o COI e decidiu substituir os Jogos Olímpicos para Deficientes pelo nome de Jogos Paraolímpicos (GUTTMANN, 1976).

De acordo com Legg e Steadward (2011), em meio a um novo debate, os jogos de Seul-1988 representaram um marco dos Jogos Paralímpicos modernos, sendo os primeiros

organizados pelo ICC. Além de compartilhar a mesma sede dos Jogos Olímpicos, o evento também utilizou as mesmas instalações esportivas, marcando a transição entre o esporte como forma de reabilitação e o esporte de alto desempenho. A partir desse momento, tanto a equipe técnica quanto os atletas se tornaram mais profissionais, com maior cobertura midiática e um aumento no número de patrocinadores.

Os competidores Paralímpicos são indivíduos com diversas limitações físicas, como paraplegia, tetraplegia, amputações, deficiência visual, paralisia cerebral e outras condições que não se enquadram nessas categorias específicas. Os Jogos Paralímpicos ocorrem de quatro em quatro anos e, a partir das edições de verão em Seul (1988) e inverno em Albertville (1992), são realizados duas semanas após os Jogos Olímpicos, utilizando a mesma estrutura e locais de competição (MAUBERG-DECASTRO, 2011).

No ano de 1989, os Jogos Paralímpicos passaram por uma fase evolutiva final com a criação do IPC, que uniu 162 Comitês Paralímpicos Nacionais, cinco organizações regionais e quatro federações internacionais focadas em um determinado tipo de deficiência. Desde 1992, essa entidade se tornou a única responsável pela coordenação dos Jogos Paralímpicos, reconhecida pelo Comitê Olímpico Internacional (HILGEMBERG, 2019).

De acordo com Mauberg-DeCastro (2011), naquela época, o IPC reconhece somente quatro organizações esportivas internacionais para pessoas com deficiência: a Associação Internacional de Esportes e Recreação para Paralisia Cerebral (CPISRA), a Federação Internacional de Esportes para Cegos (IBSA), a Federação Internacional de Esportes para Pessoas com Deficiência Intelectual (INAS-FID) e a Federação Internacional de Esportes para Cadeirantes e Amputados (IWAS).

Em 2005, ocorreu a criação da IWAS a partir da união da Federação de Esportes em Cadeira de Rodas de Stoke Mandeville (ISMWSF) - que anteriormente era conhecida como Federação de Jogos de Stoke Mandeville (ISMGF) - e da Federação Internacional de Esportes para Pessoas com Deficiência (ISOD). A ISOD foi estabelecida pela Associação Internacional de Veteranos de Guerra em 1964 (MAUBERG-DECASTRO, 2011).

A partir dos Jogos Olímpicos de 1992 realizados em Barcelona, as Paralimpíadas passaram a ter suas próprias cerimônias de abertura e encerramento. O aumento do público e da cobertura midiática levantou questões importantes sobre a forma como as cidades sede lidavam com as questões relacionadas à deficiência. Por exemplo, a Grécia, que sediou o evento em 2008, possuía pouca experiência em esportes adaptados. Para se preparar para os jogos,

Atenas desenvolveu infraestruturas acessíveis que poderiam ser utilizadas pelos atletas gregos durante os treinamentos (HILGEMBERG, 2019).

Em Atlanta, em 1996, os atletas com deficiência intelectual competiram pela primeira vez. No entanto, após a revelação de que o time de basquete espanhol havia trapaceado nas Paralimpíadas de Sydney-2000 ao incluir atletas sem deficiência, as pessoas com deficiência intelectual foram temporariamente suspensas e excluídas dos Jogos Paralímpicos, retornando somente na edição de Londres-2012 (HILGEMBERG, 2019).

Em junho de 2001, decidiu-se que ambos os eventos ocorreriam na mesma cidade e compartilhariam as instalações esportivas. Um acordo significativo adicional foi a unificação dos dois eventos sob um único Comitê Organizador local (HILGEMBERG, 2019). Durante o período de 2000 a 2006, o Comitê Olímpico e o Comitê Paralímpico Internacional estabeleceram acordos visando uma maior cooperação, bem como investimentos e suporte financeiro mútuo.

No ano de 2016, o Rio de Janeiro foi palco do primeiro evento realizado na América do Sul, alcançando uma audiência total de 4,1 bilhões de espectadores, sendo considerado pelo Comitê Paralímpico Internacional como o mais assistido da história.

De acordo com Hilgemberg (2019), o apelo pelo modelo social foi essencial para a revisão de questões econômicas e políticas, contribuindo para garantir os direitos das pessoas com deficiência. Esse modelo se destaca por sua simplicidade e por estabelecer uma agenda clara de transformações sociais, além de ter sido crucial para a emancipação da pessoa com deficiência, ao enfatizar as barreiras sociais em vez das limitações individuais.

Além disso, foi de grande importância na promoção da autoconfiança desses grupos e na construção de uma identidade positiva em conjunto. A influência desse modelo pode ser observada nos Jogos Paralímpicos, que se tornaram o segundo maior evento esportivo do mundo em termos de número de atletas e países participantes, um número que continua a aumentar a cada edição.

Quanto a mudança do termo “paraolímpico” para “paralímpico”, aconteceu no ano de 2011, quando o Comitê Paraolímpico Internacional resolveu adotar o nome Comitê Paralímpico Internacional, o que foi acatado no âmbito nacional brasileiro. A principal fundamentação para justificar a mudança de nomenclatura é a de que, desde a sua fundação, o CPI adota o nome “Paralímpico”, em inglês “Paralympics” e que foi a adaptação para o português que tornou a

palavra Paraolímpico. O CPI justifica que desde os anos 50, com a origem das paralimpíadas é utilizada a junção paraplégico + olimpíadas=paralimpíadas e por isso determinou que os comitês nacionais adotassem o termo.

No Brasil, o esporte adaptado para pessoas com deficiência teve seu início na década de 1950, por meio das iniciativas de Robson Almeida Sampaio, do Rio de Janeiro, e Sérgio Serafim Del Grande, de São Paulo. Em abril de 1958, foi inaugurado na cidade do Rio de Janeiro o Clube do Otimismo, idealizado por Robson Almeida. O clube esportivo voltado para pessoas com deficiência, teve sua fundação motivada pela experiência adquirida por Robson Almeida nos Estados Unidos, onde passou por um processo de reabilitação (ARAÚJO, 1998; MATTOS, 1990).

Segundo Araújo (1998), em paralelo, foi fundado em São Paulo o Clube dos Paraplégicos de São Paulo (CPSP), que iniciou suas atividades com o basquetebol em cadeira de rodas em fevereiro de 1958. De acordo com Mauerberg-DeCastro, Tolo e Cidade (2011), o primeiro jogo de basquetebol em cadeiras de rodas aconteceu no Maracanãzinho, na cidade do Rio de Janeiro.

A partir disso, diversos jogos amistosos foram realizados, estimulando o surgimento de novos clubes e equipes nessa modalidade, como o Clube dos Paraplégicos do Rio de Janeiro (CPRJ), em 1965, e a Sociedade Amigos dos Deficientes Físicos (Sadef), em 1979. Ainda de acordo com os autores, a primeira participação do Brasil no basquetebol em cadeira de rodas em eventos internacionais foi na segunda edição dos Jogos Pan-Americanos em Buenos Aires, Argentina, em 1969.

As equipes eram compostas por jogadores de São Paulo e do Rio de Janeiro. Mesmo enfrentando dificuldades devido à falta de patrocínio e apoio governamental, o Brasil conquistou a medalha de bronze, trazendo esperança para o esporte para pessoas com deficiência no país. A partir daí, o Brasil passou a participar de grandes competições internacionais, como os Jogos Pan-Americanos de 1971, realizados na Jamaica, e de 1973, no Peru.

De acordo com Mauerberg-DeCastro et al. (2011), após a participação do Brasil nos Jogos Pan-Americanos de 1975, no México, uma nova era esportiva para pessoas com deficiência teve início. O retorno das equipes brasileiras dessa competição marcou o surgimento da Associação Nacional de Desporto para Pessoas com Deficiência (ANDE), com o objetivo de promover, organizar e gerir essa prática esportiva. Em 1978, a ANDE foi responsável por sediar

no Rio de Janeiro o 5º Pan-Americano. Posteriormente, o país participou dos Jogos Pan-Americanos de 1982, no Canadá, 1986 em Porto Rico, 1990 na Venezuela, 1993 em Buenos Aires e 1999 no México.

De acordo com Cidade e Freitas (2000), o surgimento da organização do esporte para pessoas com deficiência teve início em 1975, com a fundação da ANDE. Com a variedade de tipos de deficiências, o crescimento tanto no número de praticantes quanto de entidades.

De acordo com Miranda (2011), a presença do Brasil nos Jogos Paralímpicos teve início em 1972, durante os jogos realizados na Alemanha, com a participação na modalidade de bocha, porém sem alcançar nenhuma medalha. Já em 1976, no Canadá, os atletas Robson de Almeida e Luis Carlos Curtinho conquistaram as primeiras medalhas (prata) para o Brasil na modalidade Lawn Bowls.

Na edição de 1980, na Holanda, a delegação brasileira competiu apenas no basquetebol em cadeira de rodas e na natação, mas não conseguiram subir ao pódio. Os jogos de 1984 foram sediados em Aylesbury, na Inglaterra, e Nova York, nos Estados Unidos. Em Nova York, a atleta Anaelise Hermany se tornou a primeira brasileira cega a conquistar uma medalha no atletismo, na prova de 100 metros rasos (MAUERBERG-DECASTRO; TOLOI; CIDADE, 2011).

Segundo Mauerberg-DeCastro et al (2011), na Grã-Bretanha, apenas competidores em cadeiras de rodas estiveram presentes, e o Brasil saiu com 21 medalhas. No ano de 1988, o time nacional conseguiu 27 medalhas em Seul (4 de ouro, 10 de prata e 13 de bronze), alcançando a 25ª posição, dentre os 65 países participantes. Durante os Jogos Paralímpicos de Barcelona, em 1992, o Brasil conquistou 7 medalhas (3 de ouro e 4 de bronze), terminando em 30º lugar na classificação geral, se destacando entre os 92 países concorrentes.

Já em 1996, a equipe brasileira retornou ao país com 21 medalhas de Atlanta: 2 de ouro, 6 de prata e 13 de bronze. Acredita-se que a promoção, crescimento e a afirmação do Esporte Paralímpico no território nacional foram efetivados por meio das iniciativas de administradores e das legislações aprovadas pelo governo brasileiro.

Já em Sydney, na Austrália, em 2000, os Jogos Paralímpicos ocorreram e o Brasil obteve um total de 22 medalhas: 6 de ouro, 10 de prata e 6 de bronze. Neste evento, a posição do Brasil foi a 24ª colocação, com 22 medalhas conquistadas, superando o desempenho de Atlanta 1996 (21 medalhas), mas ainda ficando atrás de Seul 1988 (27 medalhas) (CIDADE;

FREITAS, 2002).

Apesar de ter conquistado mais medalhas, o Brasil teve menos atletas e menor investimento comparado a edições passadas. Em Sydney, a delegação contava com apenas 67 atletas, mas em Atenas e Pequim, o país não só aumentou a quantidade de medalhas, como também alcançou posições entre os 15 melhores do mundo.

2 A FORMAÇÃO DE ATLETAS JOVENS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL E NO ESTADO DE GOIÁS

Após compreender os aspectos conceituais e históricos no primeiro capítulo, a pesquisa passa a dissertar sobre as origens, conceitos, composição e ações do Comitê Paralímpico Brasileiro, bem como sobre as ações esportivas que decorrem do trabalho do CPB e da influência dessas ações para o esporte paralímpico e para os atletas com deficiência.

Além disso, essa segunda parte da pesquisa objetiva descrever as políticas públicas e ações esportivas nacionais e no âmbito do Estado de Goiás, todas voltadas para as pessoas com deficiência. Nesse sentido, o capítulo busca apresentar, em um primeiro momento, as ações esportivas do CPB para atletas com deficiência, sobretudo, no que se refere aos cursos de formação de professores para atuarem na área do esporte paralímpico, bem como dos centros de referência que a entidade criou em diversas partes do país.

Já no segundo momento, o capítulo tratará das políticas públicas e ações esportivas desenvolvidas no Estado de Goiás, demonstrando a configuração da estrutura estadual no âmbito do esporte paralímpico e, mais especificamente, dos programas e das bolsas que existem atualmente no Estado.

2.1 O COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO E AS AÇÕES ESPORTIVAS DECORRENTES

A partir do incentivo e crescimento do Esporte Paralímpico no Brasil, surgiu em 1995 o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), instituição reconhecida como responsável pela gestão do esporte paralímpico no país e com reconhecimento do IPC. Uma de suas principais funções é coordenar, promover e impulsionar o esporte paralímpico em nível nacional, além de selecionar as equipes brasileiras para competições internacionais como os Jogos Paralímpicos de Verão e de Inverno (MIRANDA, 2011).

Em relação a estrutura, vinte organizações nacionais diferentes integram o CPB: a) Associação Brasileira De Rugby Em Cadeira De Rodas (ABRC), b) Associação Nacional de Desporto para Deficientes (ANDE), c) Confederação Brasileira de Badminton (CBBBD), d)

Confederação Brasileira de Basquetebol em Cadeira de Rodas (CBBC), e) Confederação Brasileira de Canoagem (CBCA), f) Confederação Brasileira de Ciclismo (CBC), g) Confederação Brasileira de Desportos de Deficientes Visuais (CBDV), h) Confederação Brasileira de Desportos na Neve (CBDN), i) Confederação Brasileira de Desportos no Gelo (CBDG), j) Confederação Brasileira de Desportos para Deficientes Intelectuais (CBDI), k) Confederação Brasileira de Esgrima (CBE), l) Confederação Brasileira de Hipismo (CBH), m) Confederação Brasileira de Remo (CBR), n) Confederação Brasileira de Taekwondo (CBTKD), o) Confederação Brasileira de Tênis (CBT), p) Confederação Brasileira de Tênis de Mesa (CBTM), q) Confederação Brasileira de Tiro com Arco (CBTARCO), u) Confederação Brasileira de Triathlon (CBTRI), v) Confederação Brasileira de Vela Adaptada (CBVA), x) Confederação Brasileira de Voleibol para Deficientes (CBVD).

As entidades nacionais começaram seu processo de filiação ao CPB desde sua fundação no Rio de Janeiro em 30 de agosto de 1994. As entidades filiadas regulamentam e organizam o esporte paralímpico no País, tendo como principal objetivo promover o esporte para pessoas com deficiência, além de coordenar competições em âmbito regional, nacional e internacional. Elas trabalham em conjunto com o CPB para garantir a participação das equipes do país em eventos internacionais e nos Jogos Paralímpicos. A estrutura do esporte para pessoas com deficiência é fundamentada nos clubes esportivos, que se associam diretamente às entidades nacionais correspondentes, estas por sua vez, estão ligadas ao CPB.

O progresso técnico e científico, juntamente com a expansão da prática esportiva paralímpica, foram marcos da gestão de Vital Severino Neto, que presidiu o CPB de 2001 a 2009. Compreendendo a importância de mudanças na sede administrativa, houve a transferência para Brasília em 2002, visando estreitar o relacionamento com o governo federal e facilitar as negociações. Esta aproximação com o COB resultou no aumento do número de modalidades esportivas praticadas em nível nacional e, conseqüentemente, na maior visibilidade do esporte paralímpico na mídia (SANTOS et al, 2022).

Outro ponto relevante nesse avanço significativo do Brasil nas Paralimpíadas ocorreu em 2004, com a criação do programa "Bolsa-Atleta" pela Lei nº 10.891/2004. Esse programa tem como propósito de apoiar financeiramente atletas e paratletas de alto rendimento, possibilitando que se dediquem integralmente aos treinos esportivos (BRASIL, 2004).

Isso se evidencia pelo acréscimo na quantidade de categorias envolvidas e pela ampliação da cobertura das Paralimpíadas de Atenas 2004, em que o Brasil se destacou como

o país que mais transmitiu o evento, seguido pela Espanha (MIRANDA, 2011).

De acordo com CPB (2021), os desempenhos dessas iniciativas foram fundamentais para que o Brasil alcançasse a nona posição nos Jogos Paralímpicos de Pequim 2008, sendo reconhecido pela primeira vez como uma das 10 principais potências paralímpicas globalmente. Nessa ocasião, o Brasil obteve conquistas em oito diferentes modalidades e apresentou um crescimento de 42,4% no número de medalhas de ouro em comparação com os Jogos Paralímpicos de Atenas 2004. Com base nos resultados obtidos em Pequim 2008 e visando solidificar sua posição entre as 10 principais potências paralímpicas, o CPB investiu em treinamentos para profissionais e competições no âmbito escolar, como as Paralimpíadas Escolares.

Os dados apresentados confirmam o estudo realizado por Patatas et al (2020), que descreve sendo um dos aspectos cruciais para o avanço do esporte paralímpico está relacionado às estratégias de retenção, por meio das quais políticas, programas e ações precisam ser estabelecidos com o objetivo de manter os atletas engajados no esporte e criar mecanismos para detectar talentos com potencial em nível internacional.

Nesse sentido, segundo o CPB (2021) é com a formação educacional dos treinadores que os objetivos traçados sejam alcançados. Seguindo esse caminho estratégico, o CPB promove as Paralimpíadas Escolares, consideradas o principal evento esportivo para as faixas etárias de crianças e adolescentes em fase escolar em todo o mundo, oferecendo uma competição de base para identificar jovens talentos com potencial internacional (CPB, 2021).

Esse padrão continuou na administração subsequente de Andrew Parsons, que liderou o CPB de 2009 a 2017, período em que surgiu a Academia Paralímpica Brasileira, formada pelas principais instituições de ensino do país que contribuíam diretamente para o progresso do Esporte Paralímpico nacional e para a organização do Departamento Técnico do CPB (MIRANDA, 2011).

Com a escolha do Brasil para sediar as Paralimpíadas do Rio 2016, todas essas medidas foram fundamentais para a preparação da equipe brasileira. Além disso, em 2011, um novo investimento financeiro foi realizado como complemento ao programa "Bolsa Atleta", expandindo a abrangência do projeto "Atleta Pódio" - Lei nº 12.395/11 (BRASIL, 2011).

No ano seguinte, durante os Jogos Paralímpicos de Londres 2012, o Brasil obteve seu melhor desempenho histórico, alcançando a sétima posição com 43 medalhas, um aumento de

31,25% no número de medalhas de ouro conquistadas em comparação com os Jogos Paralímpicos de Pequim 2008. Esses resultados garantiram pela segunda vez o Brasil como uma das 10 principais potências paralímpicas. Em 2015, a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência ampliou o repasse ao esporte de 2 para 2,7% do total arrecadado pelas loterias (BRASIL, 2015).

Com o aumento do investimento federal e as ações realizadas ao longo do ciclo paralímpico, o Brasil conquistou a oitava posição nos Jogos Paralímpicos do Rio 2016, com um total de 72 medalhas, um crescimento de medalhas abaixo apenas da Ucrânia em comparação com 2012. Esse desempenho solidificou o país como uma das maiores potências paralímpicas do mundo. Com base nos resultados apresentados, o Brasil estabeleceu-se entre as 10 principais potências nos últimos quatro ciclos paralímpicos.

Conforme apontado por Martin Silva et al. (2013), os demais países que se destacavam no ranking de medalhas tinham em comum a presença de um centro de treinamento, mas o Brasil se diferenciava nesse aspecto. Após os Jogos Paralímpicos de Londres 2012, o desafio era manter o nível de desempenho alcançado e buscar a quinta posição no quadro de medalhas.

Nesse contexto, um dos maiores desafios enfrentados pela gestão era a necessidade de desenvolver uma infraestrutura adequada, com a criação do Centro de Treinamento Paralímpico, visando melhorar o desempenho do Brasil nas competições, em parte, esse obstáculo foi superado em 2016, com a inauguração do Centro de Treinamento Paralímpico Brasileiro – CTPB, na cidade de São Paulo, que se tornou fundamental na preparação de diversas modalidades esportivas para os Jogos Paralímpicos do Rio de Janeiro (MARTIN SILVA et al., 2013).

Ainda para Martin Silva et al (2013), ficou evidente que os investimentos realizados nos últimos anos desempenharam um papel crucial no avanço e constante melhoria do Brasil no cenário internacional. Tais recursos foram aplicados com o objetivo de transformar o CPB em um parceiro confiável, atraindo mais investimentos tanto do setor privado quanto do setor público, com base em uma gestão responsável e em constante diálogo com as entidades esportivas.

Após os Jogos Paralímpicos Rio 2016, a nova gestão liderada pelo presidente eleito do CPB, Mizael Conrado, teve como principal objetivo manter o Brasil como uma potência mundial no esporte paralímpico a longo prazo, com foco na identificação de novos talentos em todo o país. As ações dessa administração foram divididas em dois grupos, as técnicas e as

educacionais. As ações técnicas incluíram a introdução de um programa de iniciação esportiva em diversas regiões do Brasil e a criação de um departamento de ciências do esporte, com a implementação de equipamentos e tecnologias em treinamentos (SANTOS et al, 2022).

Em 2006, o Comitê Paralímpico Brasileiro lançou a iniciativa denominada Paraolímpicos do Futuro, com o propósito de promover a prática esportiva paralímpica nas escolas com estudantes de 11 a 18 anos. A ideia é que os Jogos Paraolímpicos escolares se tornem um espaço de descoberta de novos talentos para o esporte paralímpico do Brasil. Com essa iniciativa inovadora, o Projeto Jovens Paraolímpicos do Futuro busca promover e integrar a prática do esporte paralímpico no contexto escolar, proporcionando aos alunos dessa faixa etária a vivência em modalidades esportivas adaptadas para pessoas com deficiência, com a finalidade de incluí-los como possíveis atletas no futuro (SANTOS et al, 2020).

O processo de organização teve início no ano de 2006, a partir da criação do Projeto Paraolímpicos do Futuro (GORLA; CALEGARI, 2017). O projeto surge como uma iniciativa do CPB, buscando desenvolver o esporte paralímpico escolar no Brasil. Com essa finalidade, foram promovidos cursos de capacitação de professores de Educação Física em vários estados, buscando o aprimoramento dos seus conhecimentos acerca da temática e, a ampliação das possibilidades de que os conteúdos referentes ao esporte paralímpico fossem trabalhados no contexto escolar.

Segundo o Ministério dos Esportes (2016), o CPB organizou o primeiro torneio paralímpico escolar em 2006, entre os dias 24 e 27 de outubro, na cidade de Fortaleza, no Ceará, contando somente com as modalidades de atletismo e natação. O Ministério do Esporte foi um dos parceiros do evento, com o apoio da Secretaria de Esporte e Juventude do Ceará, e a participação de 200 jovens com deficiência provenientes de estados como Mato Grosso do Sul, Ceará, Goiás, Santa Catarina, Pará e Minas Gerais.

De acordo com Bataglioni e Mazo (2019), a partir do desenvolvimento do Projeto Paraolímpicos do Futuro, que a primeira competição paralímpica escolar, em nível nacional foi realizada. O I Campeonato Paraolímpico Escolar Brasileiro de Atletismo e Natação, no mês de outubro do ano de 2006. No ano seguinte, em 2007, dando prosseguimento ao planejamento do CPB, foi realizado o II Campeonato Paraolímpico Escolar Brasileiro, por abarcar outras modalidades paralímpicas, além do atletismo e da natação teve seu nome alterado em sua denominação inicial. Os dois eventos iniciais receberam apoio do Ministério do Esporte.

Senatore (2006) diz que dentro da programação do Projeto Paraolímpicos do Futuro, estava prevista a realização dos I Jogos Paraolímpicos Escolares Brasileiros no ano de 2008, porém, não foram encontrados indícios da realização do evento. Em 2009, é realizada a competição intitulada Paraolimpíadas Escolares, com a estrutura sob a qual incidiram poucas modificações nas edições subsequentes.

Para o CPB (2016), é fundamental que as políticas públicas sejam direcionadas para atender as necessidades das pessoas com deficiência. Na sua segunda versão, que aconteceu em 2007, o Evento Escolar Paralímpico Brasileiro, conhecido como "Paralímpicos do Amanhã", foi realizado entre os dias 21 e 29 de outubro, na cidade de Brasília/DF; diferente da edição anterior, não foram apenas as competições de atletismo e natação que marcaram presença: o goalball, futebol de 7, futebol de 5 e tênis de mesa também fizeram parte das disputas (BRASIL, 2006).

No ano de 2008, não ocorreu a realização dos jogos, no entanto, uma nova versão foi criada sob o nome "Paralimpíadas Escolares" no ano de 2009, dando início ao esporte escolar para indivíduos com deficiência em Brasília. Nessa edição, foram contempladas seis modalidades paralímpicas e a participação de dezenove Estados brasileiros, tais como Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe. O evento seguiu a mesma estrutura em 2010, porém com a inclusão de dez modalidades esportivas, sendo sediado na cidade de São Paulo e contando com a participação de 21 Estados brasileiros, além do Distrito Federal (GORLA; CALEGARI, 2017).

Em 2011, a terceira edição das Paralimpíadas Escolares aconteceu mais uma vez em São Paulo, entre os dias 28 e 30 de agosto, com cerca de mil jovens de 23 estados e do Distrito Federal. Neste evento, houve a realização de 10 modalidades esportivas paralímpicas, como atletismo, judô, futebol de 7, futebol de 5, natação, tênis em cadeira de rodas, bocha paralímpica, goalball, tênis de mesa e vôlei sentado. As Paralimpíadas Escolares ganharam relevância como um importante espaço de formação de talentos esportivos (CPB, 2011).

Segundo Gorla e Calegari (2017), as competições escolares nos anos de 2012, 2013 e 2014 aconteceram em São Paulo, mantendo-se fiéis ao formato das edições anteriores. Já em 2015, as paralimpíadas escolares tiveram lugar em Natal/RN, contando com a participação de delegações de 25 estados. O CPB inaugurou o "Centro de Treinamento Paralímpico Brasileiro", que sediou as paralimpíadas escolares de 2016, trazendo o evento de volta para São Paulo nos

anos de 2016, 2017, 2018 e 2019. A cada edição, o número de modalidades e participantes tem aumentado, promovendo não só o esporte paralímpico nacionalmente, mas também renovando o ciclo de atletas nos jogos paralímpicos (BRASIL, 2018).

O projeto dos Centros de Referência Paralímpico Brasileiro (CRPB) estão incluídos no Plano Estratégico do CPB, que foi desenvolvido em 2017. O propósito desse plano é utilizar instalações esportivas em diversos Estados do Brasil para disponibilizar diferentes modalidades paralímpicas, abrangendo desde o nível iniciante até o alto desempenho (CPB, 2017).

De acordo com o CPB (2019), é fundamental a ampliação do CRPB por todo o território nacional, com o objetivo de oferecer condições adequadas para a prática esportiva de crianças e jovens com deficiência, sejam eles iniciantes ou atletas de elite. Em relação aos seus objetivos específicos, o CPB definiu:

- Utilizar os Centros de Referência Paralímpico como campo de incremento na formação de profissionais de Educação Física, fisioterapia, nutrição, psicologia e medicina do esporte;
- Realizar cursos de formação profissional, por meio da Coordenação de Educação Paralímpica do CPB;
- Estimular projetos de pesquisa na graduação, mestrado e doutorado utilizando dados obtidos nos Centros de Referência.
- Oferecer aos atletas paralímpicos, nas respectivas modalidades, a estrutura física e de pessoal para treinamento e recuperação, física e mental;
- Oferecer aos atletas paralímpicos treinamento físico, técnico e tático, bem como, todo suporte médico necessário.
- Identificar e desenvolver talentos para as modalidades paralímpicas.
- Promover eventos esportivos, divulgando e massificando o esporte paralímpico (CPB, 2019, p. 3).

O CRPB busca promover diversas atividades esportivas voltadas para pessoas com deficiência, alinhadas com os objetivos definidos e as expectativas dos praticantes. Reconhecendo a necessidade de parcerias para o engajamento e apoio contínuo ao projeto, o CPB busca a celebração de acordos e cooperação e colaboração com Universidades, Secretarias de Governos Municipais e Estaduais, Governo Federal, assim como confederações e clubes paralímpicos.

Compreendendo a diversidade regional e as diferentes circunstâncias nas colaborações em cada CRPB, adaptações podem ser realizadas para garantir o alcance eficaz dos propósitos do Projeto, seguindo as diretrizes estabelecidas pela equipe técnica da modalidade paralímpica correspondente. É fundamental também levar em conta a oferta de assistência multidisciplinar aos alunos e atletas contemplados pelo projeto (CPB, 2019).

Ainda de acordo com o CPB (2019), o CRPB opera dentro das instalações da instituição colaboradora, que não só fornecerá a infraestrutura para os projetos internos do CRPB, mas também disponibilizará todo o suporte necessário aos atletas e Clubes paralímpicos da região, para que possam realizar seus treinos e serem avaliados pelos pesquisadores/professores e profissionais da instituição parceira.

Dessa maneira, além de oferecer informações valiosas para a avaliação física, fisioterápica, biomecânica, monitoramento e controle da carga de treinamento aos atletas e equipe técnica, esses dados podem ser utilizados para pesquisas aplicadas ao esporte paralímpico. Em colaboração com os pesquisadores, podem ser criadas tecnologias para auxiliar esses atletas, o que poderá beneficiar diretamente o desenvolvimento do esporte paralímpico no país (CPB, 2019).

Desde o ano de 2018, o CPB lançou o Camping Escolar Paralímpico (CEP), a iniciativa em formato de acampamento ocorre nas instalações do Centro de Treinamento Paralímpico Brasileiro, na cidade de São Paulo, semestralmente nos meses de janeiro e julho. As observações do desempenho dos atletas são realizadas durante as disputas nas Paralimpíadas Escolares, por reunir maior número de praticantes em idade escolar, em relação a outras competições adultas que permitem atletas jovens com deficiência competirem (CPB, 2018).

Considerando que nem todas as escolas participam de competições de clubes. O projeto do CEP tem como objetivo principal oferecer aos jovens atletas entre 12 e 17 anos, que foram observados e selecionados durante as Paralimpíadas Escolares, a oportunidade de vivenciarem a experiência da rotina de alto desempenho de um esportista.

Em 2019, ocorreu a estreia do Acampamento Escolar Paralímpico, reunindo 101 jovens de 21 Estados e do Distrito Federal. Os participantes foram atletas que se destacaram nas Paralimpíadas Escolares de 2018 e foram convidados pelo Comitê Paralímpico Brasileiro para viver a experiência de um competidor de alto nível. As atividades foram realizadas no Centro de Treinamento Paralímpico Brasileiro, em São Paulo, com treinamentos e práticas das 11 modalidades esportivas disputadas na competição nacional.

Dessa forma, considerando a intenção de categorizar indivíduos com base em seu desempenho, as diretrizes contidas nos instrumentos utilizados possibilitam a compreensão de aspectos relevantes de acordo com os objetivos estabelecidos para serem alcançados durante o acampamento. Isso permite uma visão mais abrangente da realidade, visando uniformizar a execução da atividade por meio de diversas perspectivas (AMORIM et al, 2020).

Segundo Ricci et al (2011), é fundamental levar em conta as habilidades dos estudantes de se adaptarem diante das surpresas encontradas nas dinâmicas de jogo, independentemente da técnica utilizada, desde que esta contribua de maneira eficaz para alcançar o objetivo estabelecido. De acordo com Bettega et al (2017), a educação esportiva ligada a princípios positivos não deve desprezar a rivalidade, contanto que funcionem como um complemento na formação global dos jovens atletas.

Afastados da presença dos pais e do ambiente familiar, os jovens atletas são incentivados a assumir responsabilidade por administrar seu tempo e no cumprimento das tarefas estabelecidas. Essa abordagem não apenas promove a independência, mas também auxilia no desenvolvimento de habilidades de julgamento e comprometimento.

Côté et al (2017) destaca a importância das vivências esportivas na formação dos jovens, ressaltando a qualidade das atividades oferecidas, tanto em termos técnicos e táticos quanto nos aspectos psicossociais presentes nas práticas e nos relacionamentos estabelecidos. Vale ressaltar que a iniciativa também favorece no processo de convivência em grupo e a resolução de problemas por parte dos jovens participantes.

Essa interação com os companheiros, treinadores e monitores em um local distinto do cotidiano escolar e familiar favorece o aprimoramento das competências sociais e emocionais. Os momentos de treinamento coletivo estimulam a colaboração, a troca de informações e a capacidade de lidar com divergências. Ademais, os desafios frequentes nos acampamentos auxiliam os estudantes a fortalecerem sua capacidade de adaptação e autoestima.

Nesse período, os atletas são submetidos a testes, avaliações físicas e treinamentos personalizados visando aprimorar seu desempenho, além de participarem de palestras ministradas por treinadores do CPB e por atletas experientes. Os participantes do Camping Escolar têm a oportunidade de participar de palestras, onde treinadores do CPB e atletas renomados de modalidades paralímpicas interagem diretamente, neste momento, os profissionais disseminam mensagens motivacionais sobre a importância do treinamento no acampamento como uma oportunidade que poderá resultar em uma possível convocação para a equipe nacional, é perceptível que essa base esteja inserida nas decisões tomadas pelo CPB.

De acordo com ANDE (2019), na modalidade de bocha paralímpica foram selecionados em 2018 quatro jovens atletas, foram escolhidos para participar de atividades e treinamentos conduzidos pelo coordenador da equipe brasileira de bocha, o professor Moisés. Além de

compartilhar seus conhecimentos com os jovens atletas e proporcionar-lhes uma rotina diferente da que estão acostumados, também estavam presentes o Professor Vagner Lima, técnico da categoria BC 3, o Professor Paulo Barbosa como preparador físico e o Professor Marcelo Oliveira encarregado da análise quantitativa e qualitativa dos atletas.

Estes profissionais eram membros da equipe técnica principal da modalidade e, durante o processo, foram realizados testes e avaliações com os atletas em questão para a construção de um banco de dados de monitoramento. Este procedimento pode fornecer informações importantes para orientar de forma precisa o treinamento visando o desenvolvimento técnico e tático dos jovens talentos selecionados.

Isso se justifica pelo fato de que os treinadores titulares e assistentes que são responsáveis pelo treinamento do camping escolar, já treinam atletas das categorias de base, que está ou já estiveram nas seleções nacionais adultas de modalidades paralímpicas. Ainda de acordo com o CPB (2018), os participantes do acampamento, além de realizarem todas as tarefas indicadas pelos treinadores do Comitê Paralímpico Brasileiro e das respectivas entidades esportivas, devem competir em eventos regionais e/ou nacionais de suas modalidades ao longo do ano.

O CEP busca ir além da mera identificação e seleção de talentos e a competição, prioriza o desenvolvimento esportivo e a criação de ambientes de aprendizagem, que permite ampliar o acesso às práticas esportivas e envolver um maior número de participantes nas modalidades paralímpicas na fase escolar de todas as regiões do Brasil.

Nesse sentido, o Festival Paralímpico (FP) visa promover, em todos os Estados brasileiros, o dia do atleta paralímpico, celebrado em 22 de setembro. Destinado a crianças e adolescentes de 8 a 17 anos, com deficiência física, visual e intelectual, o evento inclui no mínimo três modalidades esportivas paralímpicas.

As modalidades são escolhidas de acordo com cada Centro de Referência e as já praticadas no local. A meta é atender 10.000 crianças com deficiência em todo o Brasil, distribuídas em diferentes núcleos. É obrigatório ter pelo menos um núcleo em cada um dos vinte e seis estados e no Distrito Federal.

O projeto tem como objetivo promover atividades esportivas paralímpicas de maneira recreativa para crianças com deficiências intelectual, física e visual, com idades entre 08 e 17 anos, de ambos os sexos. Em cada Centro de Referência, é permitido que até 20% das crianças não possuam deficiência, visando a importância da convivência para a inclusão social dos

alunos com deficiência. Devido ao grande número de instituições que atendem alunos com deficiência intelectual, a expectativa é que a maioria das crianças e jovens participantes apresentem essa deficiência.

Para a realização do projeto FP, foram estabelecidas parcerias e colaborações com diversos órgãos, tais como o Ministério do Esporte, Secretarias de Educação Estaduais e Municipais, Instituições de Ensino Superior, Associações Esportivas para pessoas com deficiência, Gestores Escolares e Comunidades Locais.

Conforme o CPB (2019), é possível a participação de crianças e jovens sem deficiência entre os participantes do projeto. Com o objetivo de promover a inclusão social, foi determinado que até 20% do público atendido seja composto por crianças e jovens sem deficiência. O projeto visa a seleção de modalidades esportivas paralímpicas para o FP de acordo com as características de cada CRPB e levando em consideração as atividades realizadas diariamente.

Já o Programa de Educação Paralímpica (PEP) é uma iniciativa do CPB que tem como objetivo elaborar e implementar cursos para a capacitação e aperfeiçoamento contínuo de técnicos, classificadores, árbitros e demais profissionais ligados ao esporte paralímpico. Além disso, o PEP oferece treinamentos em diferentes modalidades esportivas, introdução ao Movimento Paralímpico e uso do esporte como instrumento de integração social, tanto em instituições de ensino como em organizações assistenciais. Com o intuito de alcançar um maior público, também disponibiliza cursos online com foco na área escolar, a fim de ampliar a formação de profissionais de Educação Física em todo o país a médio prazo (CPB, 2019).

Segundo Santos et al (2022), as ações educacionais abrangem a formação de professores da rede escolar, a ampliação da capacitação de treinadores nacionais, fisioterapeutas, psicólogos, classificadores e árbitros em esportes paralímpicos. Com base nessa estrutura no CTPB, em parceria com universidades e com foco no alto desempenho, as ações passaram a ser implementadas nos Centros de Referência, visando oferecer estrutura e treinamento de qualidade para futuros atletas paralímpicos em várias partes do Brasil.

Dentro desse mesmo contexto, visando aprimorar e espalhar o conhecimento sobre os Esportes Paralímpicos, o CPB apostou na formação de treinadores e gestores por meio da parceria com instituições públicas de ensino superior, como a Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, a Universidade Federal de Uberlândia - UFU e a Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, buscou por meio das parcerias a ampliação e o suporte científico para os treinamentos e incentivou pesquisas científicas direcionadas para a área através da realização

do Congresso Paralímpico Brasileiro (CPB, 2018).

O intuito desta ação é distribuir o saber de forma equitativa e proporcionar a chance de se familiarizar com o esporte paralímpico em todos os cantos do Brasil. Ao longo dos cursos, os estudantes têm acesso à capacitação técnica, que abrange tanto a teoria quanto a prática do esporte paralímpico. Nas aulas práticas das capacitações são ensinados os conceitos e técnicas, os fundamentos e as adaptações necessárias para começar e dar seguimento ao processo de ensino esportivo nas modalidades em destaque (CPB, 2019).

A seguir, registro fotográfico de aula teórica oferecida pelo CPB no ano de 2022:

Figura 1: Aula teórica / Formação de professores de Educação Física



Fonte: arquivo pessoal, 2022.

De acordo com CPB (2019), a iniciativa de capacitação técnica oferece aos professores de educação física de diversas instituições a chance de aprimorar seus conhecimentos teóricos e práticos, com o objetivo de promover a prática do esporte Paralímpico em todo o território nacional. O principal intuito das aulas práticas nas capacitações é promover não apenas a prática

dos conceitos e técnicas, mas também trabalhar os fundamentos essenciais e ajustes requeridos para o início e desenvolvimento do ensino esportivo em esportes tanto individuais quanto coletivos.

A seguir, registro fotográfico de aula prática oferecida no âmbito de curso de formação de professores de educação física pelo CPB, no ano de 2022:

Figura 2: Aula prática / Formação de professores de Educação Física



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

A capacitação de especialistas é fundamental para o esporte paralímpico, abrangendo todo o território nacional, com a colaboração de esportistas, educadores e organizadores em busca do progresso. Promover e estimular as atividades esportivas paralímpicas por meio de uma proposta criativa, fornecendo suporte e treinamento especializado aos profissionais.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES ESPORTIVAS PARA JOVENS COM DEFICIÊNCIA NO ESTADO DE GOIÁS

Durante muito tempo, alunos com deficiência foram excluídos das competições

esportivas escolares, já que a prioridade era dada aos alunos com habilidades atléticas. No entanto, essa realidade mudou no ano de 2018, em relação aos Jogos Escolares do Estado de Goiás (JEEGS), com a definição de novos objetivos, e com a responsabilidade da efetivação da participação de alunos com deficiência que foram inseridos e puderam participar de competições.

A seguir, registro fotográfico da participação do Estado de Goiás nos Jogos Estudantis de 2018:

Figura 3: Membros da comissão organizadora, professores e atletas com deficiência durante os Jogos Estudantis do Estado de Goiás 2018



Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

Com a inclusão de crianças e adolescentes com deficiência na prática paradesportiva escolar, o professor João Batista Turíbio de Sena, que atuou como coordenador geral das modalidades paralímpicas dos JEEGS em 2018 explicou durante o lançamento do regulamento geral da competição que, a partir daquele momento, a competição passou a englobar tanto alunos sem deficiência quanto alunos com deficiência em um único evento esportivo, sem discriminação em relação às diferenças individuais dos participantes (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE GOIÁS, 2018).

No ano de 2018, alunos com deficiência física, deficiência visual e deficiência intelectual fizeram parte dos JEEGS, competindo ao lado de colegas sem deficiência matriculados em escolas públicas do Estado. Dessa forma, a integração de alunos com

deficiência ocorreu apenas na fase final do evento, durante a competição estadual (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE GOIÁS, 2018).

A seguir, registro fotográfico dos atletas goianos de atletismo nos Jogos Estudantis de 2018:

Figura 4: Professores e atletas com deficiência durante as disputas do atletismo paralímpico nos Jogos Estudantis do Estado de Goiás 2018



Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

O desenvolvimento dos JEEGS incluiu a fase regional, realizadas pelas coordenações regionais da SEED, a competição entre cidades que fazem parte de cada coordenação e a etapa estadual. Os estudantes com deficiência não participaram das fases municipais e regionais, pois já estavam garantidos na final do evento que aconteceu em Jataí/GO (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE GOIÁS, 2018).

Nas provas de atletismo, os alunos com deficiência que não tinham ainda uma classificação funcional participaram de uma avaliação feita por professores de Educação Física especializados em Esporte Educacional da SEED. Essa classificação foi feita de forma provisória e dividida em categorias como deficiência visual, deficiência intelectual, deficiência física (paralisia cerebral, amputados, nanismo e cadeirantes) (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE GOIÁS, 2018).

As competições de atletismo, natação e tênis de mesa aconteceram em baterias, paralelas as baterias dos estudantes sem deficiência. Nessa edição, foram abertas inscrições para vivências para as modalidades Voleibol Sentado, Basquete em Cadeira de Rodas, Bocha, Futebol de P.C e ParaBadminton.

Na faixa etária A (12 a 14 anos), as competições de atletismo incluíram corridas de 75m, 250m, 1.000m, além de salto em distância e arremesso de peso. Por outro lado, na categoria B (15 a 17 anos), as provas realizadas foram os 100m, 200m, 400m, 800m, 3.000m, salto em distância, arremesso de peso e lançamento de dardo (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE GOIÁS, 2018).

Na edição de 2018 das provas de atletismo, contou com alunos com baixa estatura, nanismo, amputados, deficiência visual e intelectual. Além disso, a bocha paralímpica também fez parte das modalidades dos JEEGS naquele ano, sendo realizada como vivência para todos os estudantes que participaram da fase final do evento estadual.

Com essa ação, o ano de 2018 representou um avanço significativo para o paradesporto nos JEEGS, ao incluir modalidades paralímpicas para estudantes com deficiência no rol de modalidades do evento, diversificando, assim, a possibilidade de inclusão de maior número de atletas paralímpicos no evento.

As regras estabelecidas para os jogos JEEGS 2018 ressaltam a importância da inclusão dos alunos com deficiência em categorias esportivas, proporcionando uma experiência significativa, de acordo com as palavras do coordenador das modalidades paralímpicas, o professor João Batista Turíbio de Sena.

Apesar de serem voltadas para estudantes com deficiência, algumas modalidades paralímpicas na edição de 2018, foram abertas tanto para alunos com deficiência quanto sem deficiência. As vivências de modalidades paralímpicas ofertadas foram Voleibol Sentado, Basquete em Cadeira de Rodas, Bocha, Futebol de P.C e ParaBadminton. Segundo o regulamento do evento esportivo, essa alteração representou uma oportunidade de promover a integração de estudantes com deficiência e sem deficiência (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS, 2018).

É importante destacar que as regras estabelecidas para os Jogos Escolares do Estado de Goiás (JEEGS) de 2018 deixam claro que a competição em modalidades voltadas para alunos com deficiência é vista como uma etapa classificatória para as Paralimpíadas Escolares

(SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE GOIÁS, 2018).

Alunos com deficiência inscritos nas escolas públicas de Goiás têm a oportunidade de competir tanto nos Jogos Estudantis do Estado de Goiás (JEEGS) nas categorias específicas para eles quanto nas Paralimpíadas Escolares, representando o Estado de Goiás nesse evento a nível nacional.

Além disso, no ano de 2018, o Estado de Goiás promoveu o seu I Festival Paralímpico e desde então este evento vem sendo realizado ano após ano, evoluindo e contando com uma procura crescente, tanto de pessoas com deficiência, professores da rede pública de ensino e gestores escolares.

A seguir, registro fotográfico do I Festival Paralímpico do Estado de Goiás – 2018:

Figura 5: Participantes do evento / Festival paralímpico 2018



Fonte: Arquivo pessoal, 2018

As interações inclusivas são desenvolvidas a partir do convívio com a diversidade, que, de acordo com Meneghetti et al (2013), oferecem uma valiosa oportunidade de

aprendizado tanto para indivíduos com deficiência quanto para aqueles sem deficiência. Segundo as autoras, a inclusão deve ultrapassar as barreiras das leis e regulamentos (MENEGHETTI et al, 2013).

Desse modo, a criação, execução e desenvolvimento das políticas públicas e ações esportivas para atletas com deficiência devem pautar-se pela busca da verdadeira inclusão, o que, no âmbito nacional, como vimos, as ações do CPB são nesse sentido. Já no âmbito estadual, percebemos que, com a edição dos JEEGS e dos Festivais Paralímpicos, deu-se início a uma nova era para a área dos esportes paralímpicos a nível estadual.

É preciso adaptar os ambientes e recursos, bem como promover uma conscientização social em relação a essa parte da população, a fim de que todos saibam lidar com as diferenças. Destacamos a observação de Mazzotta e D'Antino (2010), que ressalta a importância da inclusão, pois a convivência entre pessoas com e sem deficiência permite o reconhecimento mútuo como indivíduos.

Nessa mesma ideia, o desenvolvimento dessas ações, tanto no nível nacional, como no nível estadual, colabora para a concretização dos direitos mais básicos e fundamentais das pessoas com deficiência, por meio da inserção deles e da inclusão através do esporte paralímpico.

Com participação nas Paralimpíadas Escolares desde o ano de 2006, o Estado de Goiás também participou do I Camping Escolar/2019. Os Jovens atletas da delegação do Estado de Goiás que participaram das Paralimpíadas Escolares de 2018 foram submetidos a avaliação de treinadores e comissão técnica das seleções das modalidades em disputa, como definido no escopo do projeto do CEP, ao todo foram selecionados três jovens atletas.

Entre os 101 participantes do Camping Escolar, três atletas representaram a delegação do Estado de Goiás. Foram eles: a) Alan Wallinson. da cidade de Anápolis, praticante da modalidade natação paralímpica; b) Ana Beatriz Gregório, da cidade de Itapaci, praticante da modalidade Voleibol Sentado e; c) Raynã Oliveira, da capital Goiânia, da modalidade futebol de cegos (GOIÁS, 2019).

Em continuidade, o Estado de Goiás participou do II e do III Camping Escolar. A seguir, registro fotográfico da participação do Estado de Goiás no III Camping Escolar de 2022:

Figura 6: Atletas com deficiência e Treinador / Camping Paralímpico



Fonte: Arquivo pessoal, 2022

Ainda, registro fotográfico dos atletas goianos passando por avaliação física, no III Camping Escolar de 2022:

Figura 7: Atletas com deficiência e Treinador / Avaliação Física/ Camping Paralímpico



Fonte: Arquivo Pessoal, 2022.

Em continuidade aos avanços das políticas públicas e ações esportivas em âmbito estadual, a SEEL foi recriada no dia 6 de fevereiro de 2019, por meio da Lei nº 20.417/2019, com o objetivo de fomentar o esporte em Goiás. Após o início da gestão do Secretário de Estado, de Esporte e Lazer, Rafael Rahif, houve a necessidade da construção de um organograma que conseguisse atender a população com deficiência nas praças esportivas, por meio de projetos paradesportivos isolados a população goiana era atendida.

A Secretaria criada em 2019 adotou uma nova postura, reorganizando seu organograma, com o intuito de estruturar todos os projetos paradesportivos existentes, com o objetivo de distribuir adequadamente os recursos financeiros e estruturais disponíveis entre eles. De acordo com a Lei nº 20.417/2019, artigo 7º, inciso I, alínea “r”, a SEEL tem por finalidade:

- [...] 1. formulação e execução da política estadual de esportes e lazer;
2. regulação e controle da prática desportiva, inclusive adoção de medidas de prevenção ou repressão do uso de meios ilícitos nessa prática;
3. fomento à iniciação esportiva e ao desporto de rendimento;
4. expansão e aprimoramento da infraestrutura de esporte e lazer do Estado [...]

Como pode ser observado, é dever da SEEL, formular, implementar e executar a política pública estadual de esporte e lazer, regulando as ações e desempenhando a função de maior do controle das práticas desportivas. Concretizar ações de fomento desportivo, dando condições para a realização da iniciação desportiva até o esporte de alto rendimento. A partir da articulação com as outras esferas públicas no que concerne ao esporte, buscar a expansão de ações de fortalecimento do desporto e avançar na melhoria e aprimoramento da infraestrutura de esporte e lazer do Estado de Goiás.

A execução de uma política pública é uma etapa crucial no seu desenvolvimento. Nesse momento, as ideias políticas se tornam ações práticas, envolvendo diversos atores com interesses variados, em cenários sociais, econômicos, políticos e tecnológicos distintos, além de diferentes tipos de estímulos e influências (AZEVEDO, 2014).

De acordo com Lotta (2019), a implementação é definida como uma área de estudo dentro do campo da análise de políticas públicas que busca entender como as políticas são efetivamente colocadas em prática, sendo assim um objeto de análise. Sobre o assunto, Gomides e Pires (2014) destacam a importância do processo de aplicação de medidas governamentais,

envolvendo uma variedade de participantes e interesses a serem considerados, incluindo as diversas burocracias em diferentes esferas de poder, partidos políticos, organizações da sociedade civil e do Estado, juntamente com as estruturas institucionais, mecanismos de coordenação, espaços de negociação e decisões estabelecidas entre os participantes.

A partir das finalidades estabelecidas, a SEEL apresenta um plano de desenvolvimento do esporte o qual é constituído pelos programas Pró-Esporte, Pró-Atleta e Apoio ao Atleta, já os projetos estruturantes são: Jogos Abertos, Iniciação Esportiva, Construindo Campeões, Copa Quilombola, Viva Mais Goiás, Núcleos Esportivos, Delegação de Goiás/Paralimpíadas Escolares e o Centro de Referência Paralímpico (CRPB).

Esses programas e projetos estão divididos em duas frentes de trabalho, Gestão do Esporte e desenvolvimento sócio esportivo e Gestão de Inovação e Desenvolvimento Esportivo. Podemos observar ações que integram o público de pessoas com e sem deficiência, que são os programas Pró-Esporte, Pró-Atleta e Apoio ao atleta e os projetos Jogos Abertos, Iniciação Esportiva.

Podemos observar três ações destinadas exclusivamente para o público de pessoas com deficiência, que são elas: Núcleos Esportivos, Delegação de Goiás/Paralimpíadas Escolares e o CRP. Essas ações são gerenciadas e desenvolvida pela Superintendência de Paradesporto e da Gerência de Paradesporto na Secretaria de Estado de Esporte Lazer.

Com a criação da SEEL, a política pública estadual tem a partir daí assegurada a continuidade e a concretização de novas frentes de oferta de atividades para a comunidade com deficiência. Segundo Azzini (2014), as políticas públicas são definidas como um conjunto de iniciativas e escolhas feitas pelos Governos, visando assegurar os direitos estabelecidos pela Constituição. Contudo, o autor ressalta que implementar e sustentar uma política pública se mostra desafiador, devido aos conflitos de interesses existentes na sociedade, resultando, muitas vezes, na promoção de certos grupos em detrimento de outros (AZZINI, 2014).

Notamos a importância da criação de setores específicos voltados para abordar a política de esportes para pessoas com deficiência, a fim de promover a inclusão desses indivíduos em diferentes ambientes, principalmente no âmbito esportivo. Segundo Melo et al (2010), é fundamental que o Estado desenvolva políticas públicas inclusivas que abranjam toda a sociedade, garantindo assim uma ocupação mais igualitária dos espaços. Além do papel do Estado, a participação da comunidade é essencial na elaboração destas políticas públicas.

2.2.1 Programa Pró-Atleta

O Pró-Atleta, instituído pela Lei Estadual do Estado de Goiás nº 14.308/2002 é um projeto que visa ajudar atletas de alto desempenho em Goiás a alcançar grandes feitos nas principais competições de diversas modalidades esportivas. Antes chamado de Programa Bolsa Esporte, é um programa de incentivo aos atletas goianos,

Em parceria com o fundo protege, no ano de 2019, o programa beneficiou 600 esportistas com idades entre oito e 35 anos, distribuídos em três categorias: estudantil, estadual e nacional. Isso significa que o projeto apoia desde os atletas em formação até aqueles que já representam o estado em competições internacionais, no mínimo 10% das bolsas devem ser para os atletas com deficiência do Estado (Secretaria de Estado de Esporte e Lazer, 2019).

O Programa destina suas bolsas para três categorias diferentes, para os atletas e para-atletas (Bolsa Escolar, Estadual e Nacional). Ao destinar as bolsas para essas categorias, o programa almeja atender o esporte de caráter de iniciação até o rendimento. As bolsas têm duração de 12 meses a partir da assinatura do contrato, e têm valores diferentes para cada categoria de bolsa. Os atletas com deficiência recebem as bolsas em cada categoria junto com o esporte olímpico, não existindo um grupo de bolsa específica a esse público. Os critérios, características e quantidade de cada categoria de bolsa são:

Nacional: 50 (cinquenta) unidades, no valor mensal de R\$ 750,00 (Setecentos e cinquenta reais), para atletas para atletas de 14 a 35 anos que integram a seleção nacional de sua modalidade esportiva, representando o Brasil em campeonato internacionais, jogos sul-americanos, pan-americanos ou mundiais, obtendo até a quinta colocação das competições no exercício anterior, referendados pela confederação da respectiva modalidade como principais eventos, e que continuem treinando para futuras competições oficiais internacionais;

Estadual: 300 (Trezentas) unidades, no valor mensal de R\$ 500,00 (Quinhentos reais), para atletas de 12 a 35 anos que participaram de evento máximo da temporada nacional no exercício anterior, sendo tais competições referendadas pela confederação da respectiva modalidade como principais eventos ou que integrem o ranking nacional da modalidade, obtendo, em qualquer caso, até a quinta colocação nas modalidades individuais ou fizeram parte da seleção goiana ou que tenham sido destaques nas modalidades coletivas, e que continuem treinando para futuras competições oficiais nacionais;

Estudantil: 250 (Duzentos e cinquenta) unidades, no valor de mensal de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), para atletas a partir de 08 anos que participaram dos Jogos Escolares da Juventude – JEJ's, Jogos Universitários Brasileiro – JUB's, Campeonatos e Seletivas Escolares, Paralimpíadas Escolares, Jogos Sul Americanos Escolares, Mundiais Escolares, obtendo até a quinta colocação nas provas de modalidades individuais, ou fizeram parte da seleção goiana ou tenham sido destaques nas modalidades coletivas, e que continuem a treinar para futuras competições

oficiais.

Desde a criação do programa de bolsas, foram contemplados jovens atletas que integraram a delegação de Goiás nas Paralimpíadas Escolares nas categorias escolar e estadual da bolsa, e percebe-se um aumento a cada edição do projeto. Essas bolsas foram distribuídas entre atletas com algum tipo de deficiência.

No ano de 2019, foram 21 atletas jovens que participaram das Paralimpíadas Escolares foram contemplados em alguma categoria da bolsa. Percebemos que o número total de bolsas aumentou ao longo dos anos, mostrando um investimento maior a cada edição por parte da SEEL. Outro dado importante é o fato do maior número de bolsas estarem concentrado na base do paradesporto, pois o maior número de bolsas destina-se a categoria escolar (Secretaria de Estado de Esporte e Lazer, 2019).

2.2.2 Núcleos Esportivos

Os Núcleos Esportivos são uma iniciativa que busca fortalecer o trabalho realizado pelo Estado de Goiás e pelas cidades para diminuir os efeitos prejudiciais mensurados a partir do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e percebidos pela população goiana mais vulnerável socialmente, levando em consideração os aspectos sociais.

Os Núcleos têm como finalidade o desenvolvimento de atividades físicas e esportivas em parceria com cidades goianas selecionadas pela SEEL a partir de indicadores sociais e desenvolvimento humano, disponibilizando aos participantes atividades esportivas, paradesportivas e de lazer, com o objetivo de promover o esporte como uma ferramenta formativa, buscado diminuir as disparidades locais, fomentar a interação, inclusão social e criar novas oportunidades através do esporte (SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER, 2024).

Com o intuito de ampliar a política estadual voltada para indivíduos com deficiência, a SEEL lançou em 2019 o programa de Implantação de Núcleos de Introdução ao Esporte Paralímpico de Goiás NIESPGO – em municípios do interior. O objetivo do projeto é garantir que mais pessoas tenham acesso à prática esportiva e à cultura do esporte, tanto para lazer quanto

para competição, de forma a contribuir para o desenvolvimento completo de crianças, adolescentes, jovens e adultos com deficiência, promovendo a cidadania e a qualidade de vida, principalmente para aqueles em situação de vulnerabilidade social e que estejam matriculados na rede pública de ensino. A ideia é utilizar espaços esportivos em diversas cidades do Estado para oferecer modalidades paralímpicas, desde o início até níveis mais avançados de desempenho (GOIÁS, 2019).

O Núcleo de Iniciação ao Esporte Paralímpico de Goiás (NIESPGO) iniciou suas atividades com a realização de cursos de capacitação e treinamento para professores. Ao todo foram sete cidades goianas (Inhumas, Cidade Ocidental, Silvânia, Itapaci, Rio Verde, Catalão e Valparaíso de Goiás) foram escolhidas para participar do projeto. Isso ocorre pelo fato de que nos últimos anos, vários estudantes dessas localidades representaram o Estado de Goiás nas Paralimpíadas Escolares.

Com o objetivo de disseminar os métodos e estratégias no processo de formação de atletas com deficiência elaborados e utilizados pelo CRP Goiás, a SEEL determinou que os profissionais de Educação Física que fazem parte do grupo de treinadores de alto desempenho e instrutores da iniciação sejam os encarregados pelos cursos de treinamento em Inhumas e Cidade Ocidental. Durante as reuniões, foram discutidos princípios e abordagens do ensino de modalidades paralímpicas para crianças e jovens, como atletismo, bocha e vôlei sentado.

O projeto inclui diferentes opções esportivas, como xadrez, futebol de cegos, Parabadminton, natação, goalball e basquete para cadeirantes. Cada cidade tem acesso a três modalidades esportivas, de acordo com a demanda e características dos atletas locais. Além disso, os centros esportivos também oferecem atividades para crianças sem deficiência. Após treinamento dos professores, a próxima etapa do NIESPGO envolveu a montagem da infraestrutura com equipamentos esportivos e a seleção de alunos nas escolas.

2.2.3 Pró-Esporte

O PROESPORTE é um programa estadual de incentivo ao esporte, criado por meio da Lei Estadual nº 14.546, no ano de 2003. Quando de sua criação, o programa era vinculado à AGEL (Agência Goiana de Esportes e Lazer), atualmente quem gerencia o PROESPORTE é a SEEL (Secretaria de Estado, de Estado, de Esporte e Lazer).

O principal objetivo desse programa de incentivo ao esporte no Estado de Goiás é incentivar a prática constante e o desenvolvimento dos esportes no âmbito estadual. Abrange todas as modalidades esportivas, com o intuito de proporcionar apoio e estimular a elaboração e a execução dos projetos que possuam alta relevância para a área desportiva, conforme determina o artigo 2º da Lei Estadual nº 14.546/2003.

O PROESPORTE tem como especialidade o apoio à iniciação esportiva, o estímulo à toda a população para a prática de esportes, a divulgação pública e ampla dos benefícios que a prática de esporte proporciona, a preservação e conservação dos espaços públicos destinados à prática esportiva, o incentivo às pesquisas científicas para o melhoramento das técnicas esportivas, bem como o patrocínio aos eventos esportivos.

Quanto ao paradesporto, o PROESPORTE tem como uma de suas prioridades o desenvolvimento e o fomento do esporte adaptado como fator de resgate e integração social das pessoas com deficiência, nos termos do artigo 2º, inciso VIII, trazendo especificamente diretrizes para que o programa possa atender as pessoas com deficiência, conforme se vê no artigo 2º, inciso VIII, alíneas a, b e c:

Art. 2º O Programa Estadual de Incentivo ao Esporte – PROESPORTE tem por objetivo incentivar a prática constante e o desenvolvimento de esportes no Estado de Goiás, nas suas várias modalidades, proporcionando apoio e estimulando a elaboração e execução de projetos de alta relevância para o desporto, especialmente aqueles que promovam: [...] VIII – o desenvolvimento e o fomento do esporte adaptado como fator de resgate e integração social das pessoas com deficiência, atendendo às seguintes diretrizes:

- Redação dada pela Lei nº 21.745, de 29-12-2022. a) incentivo à provisão de instrução, de treinamento e de recursos adequados, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas; b) garantia de acessibilidade nos locais de eventos e nos serviços prestados por pessoa ou entidade envolvida na organização de atividades esportivas;
- Acrescida pela Lei nº 21.745, de 29-12-2022. c) garantia da participação da pessoa com deficiência em jogos e atividades recreativas, esportivas e de lazer, inclusive no sistema escolar, em igualdade de condições com as demais pessoas.
- Acrescida pela Lei nº 21.745, de 29-12-2022.

As diretrizes que orientam a aplicação do PROESPORTE para as pessoas com deficiência foram acrescentadas no ano de 2022, por meio da Lei Estadual nº 21.745. Já o Decreto nº 5.933/2004, que regulamentou a Lei de criação do PROESPORTE, estabelece o fomento do esporte para pessoas com deficiência como um dos objetivos prioritários para a execução do PROESPORTE.

O acesso a esse programa pode ser na modalidade individual ou coletiva, incluindo os

esportes olímpicos e paralímpicos. Possui como critérios de aprovação a relevância do projeto, bem como os resultados dos atletas na modalidade de competição. São divulgados editais para que os atletas possam ser contemplados com a verba do PROESPORTE.

Portanto, o PROESPORTE constitui-se de importante programa estadual de incentivo ao esporte e ao paradesporto em Goiás. No entanto, desde o ano de 2019 não foram publicados editais com o objetivo de fomento esportivo por meio do PROESPORTE, encontrando-se o programa, na prática, descontinuado.

2.2.4 Apoio ao Atleta

O Apoio ao Atleta é uma iniciativa de auxílio na locomoção dos esportistas, tanto por via aérea quanto terrestre. De modo geral, esse iniciativa busca facilitar o fornecimento de meios de transporte em percursos entre cidades ou estados no caso de apoio terrestre e bilhetes aéreos nacionais e internacionais. Essas iniciativas beneficiam exclusivamente esportistas de alto desempenho, abrangendo também os atletas paralímpicos (SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER, 2024).

2.2.5 Jogos Abertos

Os Jogos Abertos de Goiás são planejados para promover a integração esportiva entre as regiões do Estado, envolvendo os 246 municípios em 26 modalidades esportivas, todas disputadas conforme as regras das respectivas confederações. Com etapas classificatórias, regionais e um evento final reunindo os melhores atletas do Estado de Goiás (Secretaria de Estado de Esporte e Lazer, 2024).

2.2.6 Iniciação Esportiva

O Programa de Iniciação Esportiva é uma iniciativa da (SEEL) com o objetivo de proporcionar a prática esportiva em várias modalidades, promovendo atividades físicas,

integração social. Esse programa está presente em todas as cidades do Estado, sendo coordenado pelas prefeituras locais em colaboração com a Secretaria de Secretaria de Estado de Esporte e Lazer.

2.2.7 CRP

Em relação ao CRP no Estado de Goiás, o projeto foi implantado por meio de uma parceria entre o CPB e a Secretaria de Estado de Esporte e Lazer (SEEL), com participação da Universidade Estadual de Goiás - UEG, Universidade Federal de Goiás – UFG e Faculdade Estácio de Sá. O projeto é executado nas instalações do Centro de Excelência do Esporte/Estádio Olímpico, localizado na região central de Goiânia.

O núcleo de Goiânia foi um dos primeiros a serem implantados no país, em conjunto com Minas Gerais e São Paulo. São beneficiados, 150 alunos por atividade (Atletismo, Natação, ParaBadminton e Voleibol sentado). Todas as atividades serão de forma lúdica, desenvolvendo funções motoras comuns em todas as modalidades desenvolvidas no Projeto. A proposta pedagógica para esse grupo é focada na vivência de todos os esportes de forma no formato de rodízio semestral.

O CPB apoia o desenvolvimento e formação de Centros de Referências para possibilitar a prática do alto rendimento. O núcleo Goiânia, conta com atletas treinando em alto rendimento na modalidade Voleibol Sentado, dentre estas, 5 atletas defendem a seleção feminina da modalidade. Já quanto às Paralimpíadas Escolares será tema abordado no próximo capítulo.

3 A PARTICIPAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS NA PARALIMPIADAS ESCOLARES (2006-2019)

Na reta final da pesquisa, por meio da análise dos boletins informativos do CPB e outros documentos, conforme já descrito no início da dissertação, o capítulo terceiro busca analisar das delegações do Estado de Goiás nas Paralimpíadas Escolares, no período de 2006 a 2019 e as inter-relações estabelecidas entre o poder público e as instituições envolvidas com as Paralimpíadas Escolares no período demarcado para o estudo, bem como sobre as ações esportivas para a formação de atletas jovens com deficiência.

Antes disso, apresenta um breve histórico sobre o esporte paralímpico no Estado de Goiás e, sobre as pessoas com deficiência e os seus direitos no âmbito estadual, com a finalidade principal de demonstrar o potencial dos esportes voltados para as pessoas com deficiência no Estado, buscando relacionar os marcos de evolução aos marcos históricos tratados no capítulo 1, bem como a evolução do esporte paralímpico e das paralimpíadas escolares aliados às políticas públicas nacionais e estaduais dos períodos a que se referem.

Para isso, apresenta o histórico da participação do Estado de Goiás nas Paralimpíadas Escolares, bem como a evolução dos atletas e medalhas alcançadas. Após, demonstra como o desenvolvimento de políticas públicas e ações esportivas estaduais influenciaram na colocação dos atletas com deficiência e no seu desempenho entre os anos de 2006 e 2019.

Se no capítulo inaugural compreendemos os principais aspectos históricos e conceituais sobre deficiência e esporte paralímpico no Mundo e no Brasil e, no segundo capítulo aprendemos sobre as principais políticas públicas e ações esportivas brasileiras e goianas na área paralímpica, aqui, faremos a correlação entre os marcos históricos e conceituais, as políticas públicas e ações esportivas com a evolução da participação do Estado de Goiás nas Paralimpíadas Escolares e as influências contextuais sociais, que destacaram os anos de 2018 e 2019 como os períodos de melhor atuação dos atletas paralímpicos nessa importante competição.

Em arremate, essa terceira parte da pesquisa traz gráficos muito relevantes para o entendimento, em números, da referida evolução do Estado de Goiás nas Paralimpíadas Escolares.

As Paralimpíadas Escolares são uma competição multiesportiva destinada a estudantes com deficiência física, visual ou intelectual, que estão matriculados em escolas de todo o Brasil. Organizado pelo Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB). Nesse sentido, o evento tem como objetivo promover a inclusão, incentivar a prática esportiva desde cedo e revelar novos talentos para o esporte paralímpico.

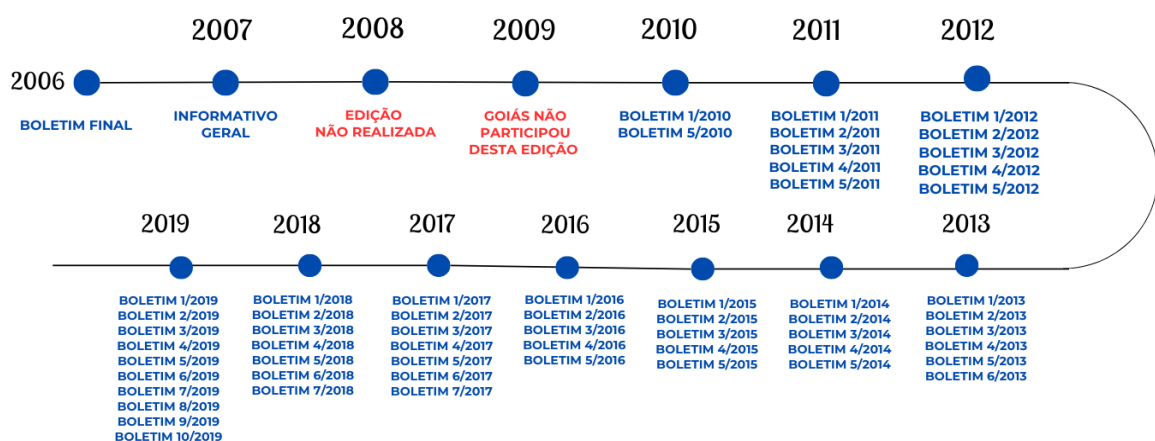
A competição abrange diversas modalidades adaptadas, como atletismo, natação, tênis de mesa, bocha, e outros esportes, proporcionando uma experiência completa de competição para os jovens atletas. As Paralimpíadas Escolares também servem como uma importante plataforma para o desenvolvimento do esporte paralímpico no Brasil, ajudando a formar futuras gerações de atletas de alto rendimento (BATAGLION; MAZO, 2019).

A primeira edição das Paralimpíadas Escolares aconteceu no ano de 2006, seguindo no ano de 2007. No entanto, em 2009 não ocorreu o evento esportivo, só retornando no ano seguinte, em que o Estado de Goiás não conseguiu participar. Já a partir de 2010, Goiás teve atuação efetiva no evento.

A partir de agora serão apresentados dados do CPB sobre a participação do Estado de Goiás nas Paralimpíadas Escolares, de acordo com o recorte temporal escolhido, ou seja, entre os anos de 2006 e 2019. Nesse sentido, o gráfico 1 mostra a linha do tempo de participação do Estado de Goiás nas Paralimpíadas Escolares:

Gráfico 1: Linha do tempo da participação do Estado de Goiás nas Paralimpíadas Escolares de 2006 até 2019

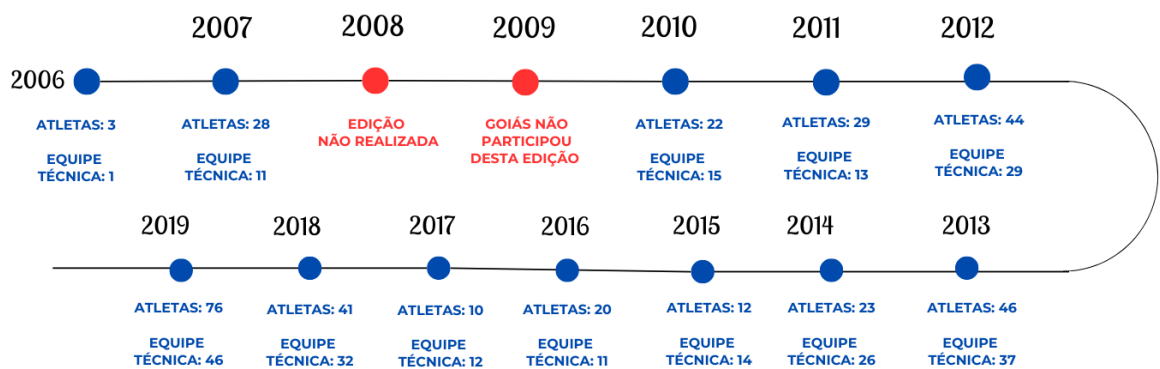
Análise Documental



Fonte: Autor, 2024 (elaborado a partir de informações disponíveis no sítio eletrônico do Comitê Paralímpico Brasileiro - CPB)

Já o gráfico 2 mostra as composições da delegação do Estado de Goiás Estado de Goiás nas Paralimpíadas Escolares de 2006 até 2019, quantidade de atletas e membros da equipe técnica:

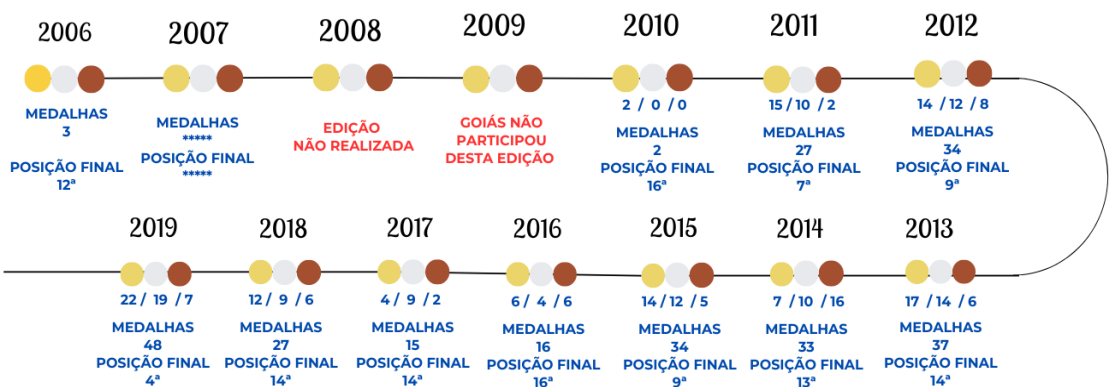
Gráfico 2: Linha do tempo com as composições da delegação do Estado de Goiás Estado de Goiás nas Paralimpíadas Escolares de 2006 até 2019, quantidade de atletas e membros da equipe técnica.



Fonte: Autor, 2024 (elaborado a partir de informações disponíveis no sítio eletrônico do Comitê Paralímpico Brasileiro - CPB)

O gráfico a seguir mostra a evolução no quadro de medalhas e na posição final da delegação do Estado de Goiás nas Paralimpíadas Escolares:

Gráfico 3: Linha do tempo com o quadro de medalhas e a posição final da delegação do Estado de Goiás Estado de Goiás nas Paralimpíadas Escolares de 2006 até 2019



Fonte: Autor, 2024 (elaborado a partir de informações disponíveis no sítio eletrônico do Comitê Paralímpico Brasileiro - CPB)

A partir da interpretação dos gráficos, tem-se que os caminhos para as composições históricas da participação do Estado de Goiás em competições esportivas destinadas aos estudantes com deficiência têm início no ano de 2006, justamente com a participação inicial nas Paralimpíadas Escolares.

A primeira, demarcada no ano de 2006, caracterizou-se pelas dificuldades relacionadas à falta de recursos financeiros e logísticos para enviar a pequena delegação formada, composta por três estudantes e um membro da equipe técnica, para a competição realizada em Fortaleza/CE.

Na ocasião, os representantes disputaram provas na modalidade do atletismo paralímpico e Natação Paralímpica e obtiveram a 12ª colocação final na competição. Tais indícios revelaram a carência de iniciativas do esporte para estudantes com deficiência no estado no período.

De tal modo, a primeira participação do Estado de Goiás nas Paralimpíadas Escolares (I Campeonato Paraolímpico Escolar Brasileiro de Atletismo e Natação) aconteceu de forma tímida, tendo em vista as dificuldades enfrentadas para a viabilização da organização e o deslocamento da pequena delegação goiana ao evento.

Tais representações estimularam, no ano seguinte, em 2007, o apoio da Agência Goiana de Esporte e Lazer (AGEL) e da Secretaria Estadual do Esporte e Lazer (SEL) para a participação do estado nas Paralimpíadas Escolares (II Campeonato Paraolímpico Escolar Brasileiro).

Desta maneira, na edição das Paralimpíadas Escolares de 2007, além do atletismo paralímpico e natação paralímpica, o Estado de Goiás teve representantes na modalidade tênis de mesa, totalizando 39 integrantes na delegação, sendo 28 estudantes e 11 membros da equipe técnica.

Pode-se considerar que, a partir da primeira atuação de atletas goianos com deficiência nas Paralimpíadas Escolares, o Estado passou a se preocupar mais com as políticas públicas e ações esportivas voltadas para o esporte paralímpico e o desenvolvimento e a inclusão para as pessoas com deficiência

A seguir, registro fotográfico da participação do Estado de Goiás nas Paralimpíadas Escolares de 2007:

Figura 8: Delegação do Estado de Goiás durante o II Campeonato Paraolímpico Escolar Brasileiro 2007



Fonte: Acervo pessoal de Marcos Tondato, 2007.

Após análise documental não foram encontrados dados que indicassem a colocação na classificação geral no evento. Vale a ressalva de que, nesse momento, o estado ainda não contava com competição seletiva estadual, conforme regra do evento nacional, tendo a sua delegação composta a partir do “encontro” de interessados a participar, incluindo estudantes e professores/técnicos.

O Informativo geral emitido pelo CPB em 2007, evidenciou a primeira participação dos estudantes Vanilton Filho e Lorena Spoladore nas modalidades de natação e atletismo respectivamente no II Campeonato Paraolímpico Escolar Brasileiro. Posteriormente, e, atendendo a um dos objetivos do evento, ambos passaram a ser atletas paralímpicos de alto rendimento, integrando as seleções brasileiras de atletismo e natação.

Na Figura 9, estão os representantes da delegação do estado de Goiás nas

Paralimpíadas Escolares 2007. Em destaque os estudantes Vanilton Filho¹ e Lorena Spoladore², constam na imagem estudantes e alguns pais, além de professores de educação física como José A. Guedes e Tondato (AGEL), Prof.^a Fabiana (APAE-Anápolis), Prof.^a Tereza (Vila São Cotelengo - Trindade) Julia e Adriana (Associação Pestalozzi – Goiânia).

Figura 9: Delegação do Estado de Goiás nas Paralimpíadas Escolares 2007



Fonte: Acervo pessoal de José Agtônio Guedes Dantas, 2007.

Identificamos que a maior parte dos participantes das primeiras edições das Paralimpíadas Escolares eram oriundos de instituições de ensino especiais, seguidos por representantes de escolas privadas e, em menor percentual, de instituições de ensino regular públicas.

Na formulação das delegações nos anos de 2006 e 2007, identificamos uma forte

¹ O atleta paralímpico Vanilton Filho tendo participado dos Parapan-Americanos de Guadalajara/MEX 2011, Toronto/CAN 2015 e Lima/PER 2019 conquistando ao todo 16 medalhas, sendo 6 delas de ouro, além de várias medalhas em campeonatos mundiais e campeão brasileiro em sua classe, vale destacar sua participação nos Jogos Paralímpicos do Rio, em 2016. Verificamos, ainda, que o atleta tenha participado de competições de natação paralímpica antes de se engajar profissionalmente na modalidade pela Associação dos Deficientes Físicos do Estado de Goiás - ADFEGO.

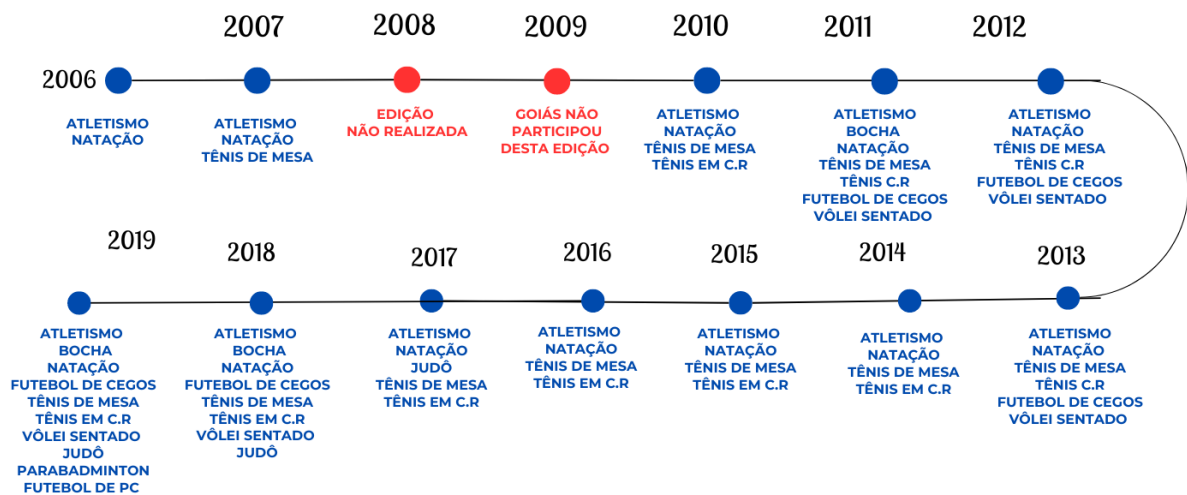
² A atleta paralímpica Lorena Spoladore participou de Parapan-Americanos, foi campeão mundial adulto do salto em distância em Lyon na França, em 2013, além de um bronze no mundial de Doha/Qatar 2015 competindo mesma prova. Sua participação nas Paralimpíadas Rio 2016, lhe rendeu uma medalha de prata no revezamento 4x100m e uma bronze no salto em distância.

participação da associação de pais e amigos dos excepcionais (APAES) de Goiás, em especial as unidades de Goiânia e Anápolis, Vila São Cottolengo e Associação Pestalozzi que atuavam nas áreas da educação física, esporte e lazer, especialmente, com atividades direcionadas à população com deficiências intelectuais e múltiplas.

Nos espaços das entidades citadas, em especial, sabe-se que estudantes com deficiência intelectual contavam com a prática de esportes como o futebol, atletismo e algumas ofereciam natação por ter estrutura para tal (APAES, 2019).

O gráfico que segue mostra as modalidades paralímpicas nas quais o Estado de Goiás participou das Paralimpíadas Escolares ao longo das edições:

Gráfico 4: Linha do tempo com as modalidades paralímpicas integrantes da delegação do Estado de Goiás nas Paralimpíadas Escolares de 2006 até 2019



Fonte: Autor, 2024 (elaborado a partir de informações disponíveis no sítio eletrônico do Comitê Paralímpico Brasileiro - CPB)

Apesar das conquistas e representações construídas pelo Estado de Goiás nas duas participações consecutivas nas Paralimpíadas Escolares, o ano de 2008 foi marcado com a ruptura do evento nacional, com a não realização da edição naquele ano.

No ano seguinte, a delegação de Goiás não participou da edição das Paralimpíadas Escolares. Após a ruptura ocorrida no ano de 2008, em 2009, pela primeira vez, o evento foi intitulado Paraolimpíadas Escolares, em Brasília, no Distrito Federal (SILVA, 2017). A partir

disto, progressivamente, a competição se consolidou no país, sendo realizada anualmente, sempre no segundo semestre do ano.

Em contexto regional, o Estado de Goiás não realizou a composição da delegação no ano de 2009, uma possível explicação para isso pode estar relacionada à mudança de gestão política que se processava no período. Tal descontinuidade não causou prejuízos em termos do desempenho da delegação participante do evento, no ano seguinte conquistou a 10ª colocação na classificação geral final no ano de 2010, sendo a melhor posição do estado desde a primeira participação.

Desta maneira, na edição das Paralimpíadas Escolares de 2010, além do atletismo paralímpico, a delegação do Estado de Goiás teve representantes nas modalidades natação, tênis de mesa e tênis em C.R, totalizando 44 integrantes na delegação, sendo 22 estudantes e 15 membros da equipe técnica (BOLETIM 1; BOLETIM 5, 2010).

Até o ano de 2010, o Estado de Goiás não contemplava o esporte paralímpico escolar em suas políticas públicas de esporte. Desta feita, especialmente no âmbito da prática de modalidades paralímpicas de forma estruturada e contínua, ponderamos que as crianças e jovens estudantes com deficiência goianos conquistaram visibilidade e oportunidades em períodos bastante recentes. Assim, levamos em consideração que o tema do esporte paralímpico escolar faz parte de uma memória esportiva do tempo presente no Estado.

Tem início no Estado de Goiás em 2011 um novo momento para o esporte paralímpico escolar, com a efetivação de novas ações voltadas para a formação de professores e o fomento do esporte paralímpico por parte da AGEL em parceria com o CPB.

Tal parceria configurou marco inicial para o desenvolvimento das ações no âmbito do esporte paralímpico escolar, contemplando tanto as atividades de capacitação profissional quanto de promoção da participação dos estudantes com deficiência na prática e na competição de modalidades paralímpicas. A organização e a viabilização da participação de delegação do Estado de Goiás, a partir de então, sob responsabilidade da AGEL.

Para além das representações oriundas das escolas, a partir do ano de 2011 começam a emergir indícios de modificações no cenário do esporte paralímpico escolar no estado com a inserção de entidades esportivas nesse campo. Um exemplo advém dos estudantes com deficiência que recebem suporte para treinamento na Associação Paralímpicos do Futuro - APAF, da Associação dos Deficientes Físicos do Estado de Goiás – ADFEGO e Associação do

Deficientes Visuais de Goiás - ADVEG.

Segundo dados obtidos através de relatórios das competições oficiais do CPB, no período mencionado, os integrantes das entidades obtiveram destaque em competições esportivas paralímpicas regionais, como o circuito regional, conquistando índices para as competições nacionais adulto.

Dadas as referidas ações entorno do esporte paralímpico escolar no Estado, a partir do ano de 2011, a quantidade de modalidades e representantes do Estado de Goiás nas Paralimpíadas Escolares volta a crescer. O Estado de Goiás contou com representantes no atletismo, natação, bocha, futebol de 5, Tênis em C.R, Tênis de mesa e Voleibol Sentado, sendo representado por 29 estudantes e 13 na equipe técnica totalizando 42 participantes, alcançando a 11ª posição geral (BOLETIM 1; BOLETIM 5, 2011).

Já na edição 2012, o estado de Goiás contou com representantes no atletismo, natação, futebol de 5, Tênis em C.R, Tênis de mesa e Voleibol Sentado, sendo representado por 44 estudantes e 29 na equipe técnica totalizando 73 participantes, alcançando a 9ª posição geral, melhorando sua classificação em relação ao ano anterior, e alcançando sua melhor posição geral desde a primeira edição. Porém, em 2012 o estado de Goiás não contou com representantes na modalidade bocha, refletindo dificuldades em sua composição, ainda que tal modalidade tivesse sido representada por estudantes do estado no ano anterior (BOLETIM 1; BOLETIM 5, 2012).

Nesse cenário, vale referir que, ao completar 18 anos de idade³ ou ao encerrar o vínculo escolar, os jovens com deficiência não atendem mais aos critérios para inscrição nas Paralimpíadas Escolares. Com isso, muitas vezes, o estado deixa de contar com representantes que competiram nas distintas modalidades em edições do evento. Por outro lado, apresentando desempenho de destaque, tais indivíduos podem se engajar em outras competições e oportunidades no campo do esporte paralímpico.

No ano de 2013, o número de representantes do Estado de Goiás nas Paralimpíadas Escolares teve novo aumento, contando com 46 estudantes e 37 membros da equipe técnica (BOLETIM 1, 2013). José Agtônio Guedes Dantas⁴, professor de Educação Física da rede

³ Para a participação nas Paralimpíadas Escolares 2013 deverão ser respeitadas as seguintes faixas etárias por modalidade: • 12 a 17 anos – Atletismo, Bocha, Judô, Natação, e Tênis de Mesa e Tênis em Cadeira de Rodas. • 14 a 17 anos – Futebol PC, Goalball • 14 a 18 anos –Futebol de 5 e Voleibol Sentado.

⁴ Atualmente é treinador de alto rendimento da equipe ASPAEGO de Voleibol Sentado Feminino; Técnico da Seleção Brasileira Masculina de Voleibol Sentado desde 2023 e medalhista de bronze nas Paralimpíadas RIO 2016 e TÓQUIO 2020+1.

estadual, atuou na composição de equipes de voleibol sentado para representar o Estado nas Paralimpíadas Escolares.

Vale referir que reunir o número suficiente de estudantes com deficiência para “treinar” as devidas modalidades, conforme os critérios de elegibilidade de cada uma, não é uma tarefa fácil para os estados. Isto porque os estudantes com as características necessárias para cada modalidade, muitas vezes, residem em municípios distintos, dificultando o encontro para a realização de “treinos”.

A delegação goiana, de 83 integrantes, conquistou a 14^a colocação na classificação final do evento nacional em 2013 (BOLETIM 6, 2013). Representações que emergiram do incremento do desempenho do estado nas Paralimpíadas Escolares, talvez, motivaram o fortalecimento de ações formativas para professores de educação física com a finalidade de preparar estudantes com deficiência para competições esportivas paralímpicas, incluindo, especialmente, as Paralimpíadas Escolares.

Um exemplo advém dos estudantes com deficiência que para treinamento nos projetos de natação e atletismo, da ADFEGO, os integrantes do projeto obtiveram destaque em competições esportivas paralímpicas regionais, conquistando índices para a competição nacional.

No ano de 2014, o número de representantes do Estado de Goiás nas Paralimpíadas Escolares caiu drasticamente, se comparado a edição 2013, contando apenas com 23 estudantes e 26 membros da equipe técnica, alcançando a 13^a posição geral (BOLETIM 1; BOLETIM 5, 2014).

Na edição 2015, mais uma vez o estado diminuiu o número de representantes em comparação a edição anterior. Na composição da delegação goiana apenas 12 estudantes e 14 membros da equipe técnica, alcançando a 13^a posição geral (BOLETIM 1; BOLETIM 5, 2015). Vale ressaltar que a delegação goiana manteve a posição geral do ano anterior devido alterações no formato de cálculo da pontuação que define as posições ao final do evento.

Em termos das representações circunscritas, identificamos relatos de mudanças em caráter governamental sucedida em 2015 acarretou o enfraquecimento das ações implementadas, particularmente no que diz respeito, devido a extinção da AGEL, e as atribuições do esporte paralímpico escolar a partir daí passam para recém-criada Superintendência de Esporte e Lazer – SUPEL que era ligada a Secretaria de Estado de

Educação, Cultura, Esporte e Lazer. Com a ruptura das articulações entre estado e as associações e entidades para o desenvolvimento das ações. Desta maneira, as iniciativas nesse âmbito passaram a depender da vontade e ações isoladas de professores de Educação Física que anualmente participava do evento.

A delegação goiana, de 31 integrantes, sendo 20 estudantes e 11 da equipe técnica, ficando na 16ª colocação na classificação final do evento nacional em 2016 (BOLETIM 1; BOLETIM 5, 2016).

Foram obtidas fontes com registros, e por meio da coleta de fontes orais com indivíduos que fizeram parte deste período histórico, o maior impacto na formação das delegações goianas no período deu-se também pela aposentadoria da professora Evani responsável pela formação e treinamento da natação da ADFEGO e o afastamento do professor José Adriano (Jabá), treinador e formador de atletas na modalidade atletismo no estado. Ambos os professores tiveram papel importante na formação histórica das delegações nas modalidades natação e atletismo, pois além de trabalhar a formação de jovens atletas também compunha as delegações.

Na edição de 2017, os reflexos das ações descontinuadas e ausência de professores engajados na articulação da formulação da delegação quase deixou o estado de Goiás fora daquela edição. Com 10 estudantes e 12 na equipe técnica, goiás parte rumo a cidade de São Paulo. Ao término daquela edição, o estado de Goiás alcançou a 14ª posição (BOLETIM 1; BOLETIM 7, 2017).

Já a partir de 2018, o Estado de Goiás passou a implantar ações que foram determinantes para reestruturações profundas, quanto ao fomento e alcance do Esporte Paralímpico em todo o seu território.

É preciso que as ações implementadas em nível estadual, sejam adotadas em diversas esferas, compreendendo-a como responsabilidade mútua, pois são os agentes regionais que, antes e após a participação nas ações estaduais, têm a possibilidade de desenvolver trabalhos que atendam às necessidades e potencialidades presentes em seus contextos de atuação, contemplando objetivos de longo prazo.

Ao identificar que a maior parcela dos estudantes participantes das Paralimpíadas Escolares possui vínculo com instituições de ensino públicas, o estudo de Reis, Silva e Mezzadri (2015) reforça a importância da capacitação de professores de educação física, de modo que

estes estejam preparados para trabalhar as modalidades paralímpicas no interior desses contextos. Todavia, não descartamos a igual relevância dos trabalhos realizados em associações e projetos sociais, entre outros.

Nesta perspectiva, encontramos documentos que indicam capacitações de professores de educação física promovida em âmbito estadual, nos municípios de Anápolis, Goiânia, Cidade Ocidental e Valparaíso de Goiás, durante o período de fevereiro a setembro de 2018, visando a instrumentalizar a atuação docente junto aos estudantes com deficiência nas escolas, bem como o desenvolvimento de festivais e oficinas com o intuito de que a prática esportiva paralímpica pudesse ganhar forças nos ambientes de ensino regular e, também, ultrapassá-los ao serem adotadas como práticas cotidianas dos estudantes (ROMERO, 2017).

Verificamos que se iniciou o desenvolvimento de políticas públicas concretas nesta área, visando a descentralização do acesso ao esporte paralímpico por meio de formação de professores somente a partir de 2018, o que pode ter sido determinante para os resultados de 2018 e 2019.

Entre as edições das Paralimpíadas Escolares dos anos de 2006 e 2017, o Estado de Goiás conquistou resultados importantes, sempre figurando entre as quinze melhores delegações. Contudo, verificamos a ausência de competições seletivas no Estado de Goiás, específica para atender as necessidades e prover as potencialidades dos estudantes com deficiência.

Identificamos que o processo de seleção para as Paralimpíadas Escolares no estado de Goiás iniciou em 2018 na cidade de Jataí, com a participação de 40 alunos com deficiência. Os estudantes com deficiência, para classificação às Paralimpíadas Escolares, participaram de competições no evento denominado Jogos Estudantis do Estado de Goiás edição 2018.

Tal conjuntura parece ter causado reflexos na edição das Paralimpíadas Escolares, em 2018, a delegação de Goiás alcançou a 10ª posição geral, na qual Goiás levou sua delegação com 41 estudantes e 32 na equipe técnica, totalizando 73 representantes de 12 municípios (BOLETIM 1; BOLETIM 7, 2018).

O Estado de Goiás foi representado nas modalidades Atletismo; Natação; Futebol de 5; Bocha; Tênis de mesa; Tênis em C.R; Voleibol Sentado; Judô. Nesta mesma edição, pela primeira vez o estado conseguiu compor equipe completa para competir em uma modalidade

coletiva⁵, foi no voleibol sentado, equipe comandada pelo professor José Aparecido. Já em 2019, o Estado conseguiu manter a equipe de voleibol sentado e formou equipes completas de futebol de PC e Futebol de 5.

Notamos, de tal modo, que o Estado apresentou modificações em suas representações nas Paralimpíadas Escolares. Após finalizar a edição da competição em 2018 na 10ª posição final, o estado deu um salto quantitativamente relevante em termos de desempenho da delegação nas modalidades.

A seguir, registro fotográfico da participação do Estado de Goiás nas Paralimpíadas Escolares de 2018:

Figura 10: Reunião dos membros da delegação do Estado de Goiás durante as Paralimpíadas Escolares 2018



Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

Além da representatividade em termos quantitativos, as composições das delegações do estado de Goiás suscitaram iniciativas (governamentais, não governamentais e privadas),

⁵ Nas edições anteriores, as delegações goianas levavam estudantes que praticavam modalidades coletivas, porém não formava equipes completas. Com aval dos regulamentos, em anos anteriores, estudantes de duas de duas delegações podiam se juntar e formar equipes para competir.

promovendo a inclusão de estudantes com deficiência em diversas modalidades paralímpicas que integram a competição nacional.

A imagem a seguir demonstra a recepção dos membros da delegação do Estado de Goiás pelo Governo do Estado, após a participação nas Paralimpíadas Escolares de 2018:

Figura 11: Recepção dos membros da delegação do Estado de Goiás das Paralimpíadas Escolares 2018 pelo representante do governo estadual



Fonte: Arquivo pessoal, 2018.

O aumento exponencial do número de integrantes da delegação goiana, e de representantes de diversas regiões demonstrou adesão maior fora da região metropolitana e aderência de secretarias municipais de educação frente ao esporte paralímpico nas escolas.

A disseminação inicial das ações no interior do Estado foi sustentada, sobremaneira, em decorrência da articulação entre as ações de capacitação (clínicas de esportes paralímpicos), participação (Festival Paralímpico) e Cursos de Habilitação Técnica, que visavam às Paralimpíadas Escolares.

A concretização gradativa do melhor desempenho da delegação do Estado de Goiás na

competição coincide com a criação em 2019 da Secretaria de Estado de Esporte Lazer – SEEL⁶, que indica transformações e maior representatividade e organização do esporte paralímpico com a criação da Superintendência de Paradesporto e Fomento Esportivo e uma gerência específica para o desenvolvimento e fomento do paradesporto intitulada Gerencia de Práticas Paradesportivas e Paralímpicas.

Com isso, verificamos em 2019 a implantação de núcleos no interior do Estado, com intuito de fomentar e ampliar a participação de estudantes com deficiência em atividades esportivas, objetivando a ampliação do ambiente para o desenvolvimento dos destaques esportivos paralímpicos. Destaque para o fortalecimento da parceria entre governo de Goiás e o CPB, com a implantação do C.R.P.B na cidade de Goiânia.

Figura 12: Membros da delegação do Estado de Goiás de várias cidades do interior e da capital durante as Paralimpíadas Escolares 2019



Fonte: Arquivo pessoal, 2019.

Em 2019, a delegação goiana bateu um recorde nas Paralimpíadas Escolares. O estado

de Goiás leva a maior delegação de sua história, com 122 integrantes, sendo 76 estudantes e 46 da equipe técnica (BOLETIM 1, 2019). Com números tão expressivos, alcança a 4ª posição geral e se coloca entre as grandes potências no esporte paralímpico escolar do Brasil (BOLETIM 10, 2019).

Os vestígios obtidos a partir da análise das informações coletadas apontam que, após ser inseridas políticas públicas de esporte e lazer no Estado, o esporte paralímpico escolar passou a contar com práticas que, no ano de 2019, posicionaram o estado entre os quatro primeiros colocados na classificação geral das Paralimpíadas Escolares.

No período de 12 anos, após a primeira participação do estado no evento, os estudantes com deficiência do estado de Goiás passaram da invisibilidade nas Paralimpíadas Escolares para a condição de destaques na edição de 2018 e 2019. A partir do desempenho nas Paralimpíadas Escolares 2018, seis estudantes goianos foram selecionados para integrar o Camping Escolar Paralímpico 2018 e cinco estudantes. Ademais, dois estudantes foram convocados para participar da 1ª Fase de Treinamento das Seleções adultas de Futebol de 5 e Voleibol Sentado Feminino em 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo identificou os dados relacionados à área das políticas públicas e ações do esporte desenvolvidas no Estado de Goiás, em seus programas, projetos e ações ofertados à população com deficiência, demonstra nos seus conceitos de aplicação o desenvolvimento humano e social por meio do paradesporto.

Verificamos que há um bom número de ações de fomento disponível para a população de pessoas com deficiência, sobretudo ao incentivo da prática paradesportiva no Estado de Goiás. Outro aspecto importante observado, que os programas, projetos e ações são desenvolvidos em três eixos principais: O Paradesporto de Alto Rendimento, O Paradesporto Educacional/Base e o Paradesporto de Participação.

Podemos afirmar que, o Estado de Goiás participou com maior efetividade nas Paralimpíadas Escolares nas edições dos anos de 2018 e 2019., tanto no que se refere a quantidade de modalidades paradesportivas inseridas, quanto pelo número de medalhas conquistadas e número de atletas com deficiência participantes.

O número de modalidades esportivas foi ampliado, com a participação do atletismo, natação, bocha, futebol de cegos, tênis de mesa, tênis em cadeira de rodas, vôlei sentado, judô, parabadminton, futebol de pc, número muito maior em relação ao primeiro ano de participação do Estado no evento esportivo, que foi somente com a natação e o atletismo, em 2009.

Sobre o número de atletas com deficiência participantes nas Paralimpíadas Escolares, o Estado de Goiás deu um salto de 3 atletas participantes e 1 membro de equipe técnica no ano de 2009, para 76 atletas participantes e 46 membros de equipe técnica em 2019.

Enquanto na primeira edição das Paralimpíadas Escolares, no ano de 2009, o Estado de Goiás conquistou apenas 3 medalhas, ficando na posição final em 12º lugar, no ano de 2019, conquistou 22 medalhas de ouro; 19 medalhas de prata e 7 medalhas de bronze, totalizando 48 medalhas e ficando na 4ª posição no ranking do evento esportivo.

Podemos atribuir, a partir dos dados levantados e das comparações manejadas em relação às outras edições em que o Estado de Goiás atuou no evento esportivo em tela, o melhor desempenho dos atletas goianos com deficiência, nos anos mencionados, ao desenvolvimento mais concreto e efetivo de políticas públicas e ações esportivas no âmbito nacional,

desenvolvidas pelo Comitê Paralímpico Brasileiro voltadas para o esporte paralímpico e descentralizadas nas unidades federativas.

Nessa linha de raciocínio, o Comitê Paralímpico Brasileiro é instituição consolidada, desde o ano de 1995, ou seja, quase trinta anos de trabalho em prol do esporte paralímpico. A entidade atua fortemente na área da formação educacional dos treinadores e contribui substancialmente para a evolução dos atletas nos Jogos Paralímpicos Internacionais.

No âmbito nacional, o Programa Bolsa-Atleta, instituído no país no ano de 2004, por meio da Lei nº 10.891, é importante programa de incentivo aos atletas com deficiência. Ao lado da ampliação do fomento do esporte paralímpico a partir do ano de 2006, com a criação do Programa Paralímpicos do Futuro, pelo CPB, essas ações têm resultados em maiores conquistas no esporte paralímpico brasileiro.

Interiorizando o padrão de atuação estratégica, o CPB criou os Centros de Referência Paralímpicos, sendo que, no Estado de Goiás, um dos pioneiros no desenvolvimento do projeto, em parceria com a Secretaria de Estado, de Esporte e de Lazer, tem significado em grande impacto positivo na evolução dos atletas paralímpicos.

A participação dos atletas com deficiência nas edições de 2018 e 2019 das Paralimpiadas Escolares parece ter sido fortemente influenciada pelas ações do CPB, sobretudo, com a implementação do Centro de Referência no Estado de Goiás, com o apoio e desenvolvimento do esporte paralímpico para em torno de 150 atletas.

E, ainda, podemos destacar ações estaduais que também podem ter contribuído para o avanço das conquistas do esporte paralímpico dos atletas goianos. Nesse sentido, a Secretaria de Estado, de Esporte e de Lazer, criada no ano de 2019, nasce com a adoção de novas frentes de projetos paradesportivos, estruturando aqueles já existentes.

Vejamos que, no ano de 2019, o Programa Pró-Atleta apoiou cerca de 600 atletas com bolsas, sendo que 21 dos atletas jovens que participaram da Delegação Goiana enviada para as Paralimpiadas Escolares foram bolsistas do programa. Isso significa que, o Pró-Atleta, enquanto política pública estadual, impactou significativamente nos resultados dos atletas goianos na edição de 2019 das Paralimpiadas Escolares.

Outra ação implementada no ano de 2019, pelo Estado de Goiás, é a ampliação dos núcleos esportivos estaduais, por meio da criação de Núcleos de Introdução ao Esporte Paralímpico de Goiás (NIESPGO), em municípios do interior do Estado de Goiás. A

interiorização desses núcleos pode ter impactado de modo substancial nos resultados alcançados naquele ano nas Paralimpíadas Escolares.

O Programa estadual Pró-Esporte também pode ter influenciado de modo efetivo na evolução da participação do Estado de Goiás nas Paralimpíadas Escolares, tendo em vista que as diretrizes que orientam a aplicação do programa para as pessoas com deficiência foram acrescentadas no ano de 2022, por meio da Lei Estadual nº 21.745, o que pode direcionar melhor os recursos financeiros para atender a esse público em específico.

Já o Programa de Apoio ao Atleta, por abranger os atletas paralímpicos, do mesmo modo representou papel no apoio aos atletas com deficiência goianos nas suas atuações e conquistas no evento esportivo nacional em análise, o que faz com que se constituía em ação importante no âmbito estadual.

Os Jogos Abertos realizados pelo Estado de Goiás integram os atletas com deficiência e podem influenciar no desempenho deles nas Paralimpíadas Escolares, uma vez que reúne os atletas mais bem conceituados no âmbito estadual, sendo que é momento, além de competição, de trocas de experiência e múltiplos aprendizados.

A iniciação esportiva estadual, por sua vez, caminha ao lado dos demais programas estaduais voltados ao desenvolvimento do esporte paralímpico, já que institui as bases do esporte, por meio de atividades físicas e integração social, em todos os municípios do Estado.

Concluimos, portanto, que políticas públicas e ações esportivas para fomentar o esporte paralímpico, se bem aplicadas, podem influenciar diretamente no avanço dos resultados dos atletas nas competições, o que aconteceu no âmbito do Estado de Goiás, a partir do ano de 2018, em relação a participação dos atletas com deficiência nas Paralimpíadas Escolares.

REFERÊNCIAS

AMORIM, A. M. et al. Acampamento como estratégia de desenvolvimento esportivo: o modelo proposto para o handebol brasileiro. **Research, Society and Development**. v. 9, n. 11, p. 1-19, 2020.

ANDE – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DESPORTO PARA DEFICIENTES. Página inicial. Disponível em: <<http://www.ande.org.br/>> Acesso em: 20/03/2024.

APAIE – Goiânia– **Quem somos**. In: Portal da Federação das APAES do Estado de Goiás. Goiânia. Disponível em: <http://www.goiania.apaego.org.br/pagina/educacao>. Acesso em: 6 mar. 2020.

ARAÚJO, P. F. **Desporto Adaptado no Brasil: Origem, institucionalização e atualidade**. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

AZZINI, E. P. **Espaços e equipamentos públicos de lazer esportivo: acessibilidade da pessoa com deficiência - o caso de Piracicaba** - UNIMEP. 2014. 125 f. Dissertação de Mestrado em Educação Física – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2014. Disponível em: https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/docs/25082014_142723_eduardo_azzini.pdf. Acesso em: 17/03/2024.

BAMPI, L. N. S; GUILHEM, D. L. DD. Qualidade de Vida em Pessoas com Lesão Medular Traumática: um estudo com o WHOQOL-bref. **Rev. Bras. Epidemiol.** 2008; Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/NMxj6R7tLhP3z89LRVQ8Lmv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25/03/2024.

BARROS, J. D. A. Fontes Históricas: revisitando alguns aspectos primordiais para a Pesquisa Histórica. Mouseion: **Revista do Museu e Arquivo Histórico La Salle**, Canoas, n. 12, p. 129-159, mai./ago. 2012. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/viewFile/332/414>. Acesso em: 8 jan. 2020.

BATAGLION, G. A.; MAZO, J. Z. Paralimpíadas escolares (2006 - 2018): Evidências em mídias digitais acerca do evento esportivo. Recorde - **Revista de História do Esporte**, v. 12, n. 1, p. 1-42, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Recorde/article/view/25670/14055>. Acesso em: 12 mar. 2020.

BERGAMO, R. B. **Educação Especial: pesquisa e prática**. Curitiba: IBPEX, 2010.

BETTEGA, O. B., et al. Papéis do Treinador Esportivo de Categorias de Base nos Jogos Esportivos Coletivos. In: GALATTI, R. L., et al (Eds.). **Desenvolvimento de treinadores e atletas**: Pedagogia do Esporte. Campinas: UNICAMP, 2017, p. 45-57.

BRASIL. **Relatório Educação para Todos no Brasil**. 2000-2015. Versão Preliminar. Junho de 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/36039-relatorio-educacao-para-todos-no-brasil-2000-2015> . Acesso em 31 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da educação inclusiva. **Revista da Educação Especial**, Brasília, v. 4, n. 1, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2023

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Diário Oficial da União, 1988.

CARDOSO, V. D. O desenvolvimento da carreira esportiva de atletas paraolímpicos no Brasil. 2016. 217f. **Tese (Doutorado)** - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança, Programa de Pós-graduação em Ciências do Movimento Humano, Porto Alegre, 2016.

CARDOSO, V. D. Os desafios e as possibilidades do esporte paralímpico no estado de Roraima. In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL PARALÍMPICO ESCOLAR**, 1. 2017, São Paulo, Anais [...]. São Paulo: CPB/APB, 2017. p. 18.

CASTRO, S. S.et. al. Deficiência visual, auditiva e física: prevalência e fatores associados em estudo de base populacional. **Revista Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 8, p. 1773-1782, ago./2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/sjTSWTWc67gVF8r6gjxXwGm/abstract/?lang=pt> . Acesso em: 22/04/2024.

CIDADE, R. E. A.; FREITAS, P. S. De Roma a Sydney: uma análise das modalidades esportivas disputadas nos jogos paraolímpicos. **Fórum Brasil Esporte**, Londrina. Anais Eduel, 2000.

CIDADE, R. E. A.; FREITAS, P. S. **Introdução à educação física e ao desporto para pessoas portadoras de deficiência**. Curitiba: UFPR, 2002.

COMITÊ PARALÍMPICO BRASILEIRO (CPB). **Planejamento estratégico do esporte paraolímpico brasileiro 2010- 2016**. 2010. Disponível em: <http://www.cpb.org.br/wp-content/uploads/Planejamento-Estrategico-2010-2016.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2020.

CÔTÉ, J., et al. Quadro teórico para o desenvolvimento de valores pessoais no processo dinâmico de desenvolvimento pelo esporte. In: GALATTI, L. R. (Orgs.), et al. **Múltiplos cenários da prática esportiva: Pedagogia do Esporte**. Campinas: Editora da Unicamp, 2017.

CORRENT, N. Da antiguidade a contemporaneidade: a eficiência e suas concepções. **Revista Científica Semana Acadêmica**, Fortaleza, n. 89, p. 1-19, 2016. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/da-antiguidade-contemporaneidade-deficiencia-e-suas-concepcoes>. Acesso em: 21/04/2024.

CUNHA, R. F. P.; GOMES, A. L. L. **Concepções de professores de Educação Física sobre inclusão escolar**. *Práxis Educativa*, vol. 12, núm. 2, pp. 414-429, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/894/89453001007/html/> . Acesso em: 25 ago. 2023.

FIORINI, M. L. S.; MANZINI, E. J. Prática Pedagógica e inclusão escolar: concepção dos professores de Educação Física. **Revista da SoBAMA**, Marília, v. 16, n. 2, p. 15-22, 2015. Disponível em: <https://sobama.org.br/revista-sobama> . Acesso em 31 ago. 2023.

GADELHA, H. S. et. al. Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência: modificações no código civil e conquistas sociais. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 2, 2022.

GOMIDES, A. Á.; PIRES, R. R. C. Capacidades Estatais e Democracia: a abordagem dos arranjos institucionais para análise de políticas públicas In: GOMIDES, A. Á.; PIRES, R. R. C. (Org.). **Capacidades Estatais e Democracia Arranjos Institucionais de Políticas Públicas**. Campinas: Papyrus, Brasília: IPEA, 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, F. P.; ARAÚJO, Richard Medeiros de. Pesquisa quanti-qualitativa em administração: uma visão holística do objeto em estudo. In: **SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO**, 8, 2005, São Paulo. Anais... São Paulo: FEA/USP, 2005.

GORLA, J. I.; CALEGARI, D. R. O esporte como ferramenta de reconhecimento e valorização da pessoa com deficiência no Brasil. **Conexões: Educação física, esporte e saúde**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 257-270, abr./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8649230/16500>. Acesso em: 25 mar. 2020.

GORGATTI, M. G.; COSTA, R. F. **Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais**. 1 ed. Barueri: Manole, 2005.

GREGUOL, M.; MALAGODI, B.; CARRARO, A. Inclusão de Alunos com Deficiência nas Aulas de Educação Física: Atitudes de Professores nas Escolas Regulares1. **Revista da Educação Especial**, v. 24, n. 1, p. 33-44, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/HWcyz3zrkHLwYRMMCHT9j6D/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em 26 ago. 2023.

GUGEL, M. A. A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade. **Revista da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência (AMPID)**, 2007. Disponível em: <https://ampid.org.br/site2020/artigos-pessoa-com-deficiencia/>. Acesso em: 07/03/2024.

GUTTMAN, L. **Textbook of sport for the disabled**. Aylesbury. Inglaterra: HM & M Publisher, 1976.

HILGEMBERG, T. jogos paralímpicos: história, mídia e estudos críticos da deficiência. **Recorde: Revista de História do Esporte**, v. 12, n. 1, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Recorde/article/view/25663>. Acesso em: 25/03/2024.

LANNA JÚNIOR, M. C. M. (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

LEGG, D; STEADWARD, R. The Paralympic Games and 60 years of change (1948–2008): Unification and restructuring from a disability and medical model to sportbased competition. **Sport in Society**, v. 14, n. 9, p. 1099-1115, 2011.

LISBOA, M. F. L. S. A deficiência e o preconceito: uma visão histórica e atual sobre a pessoa com deficiência. **Cadernos da Fucamp**, Campinas, v. 19, n. 42, p. 35-47, 2020 Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2245> Acesso em: 22/04/2024.

LOTTA, G. S. A política pública como ela é: contribuições dos estudos sobre implementação para a análise de políticas públicas. In: LOTTA, G. (Org). **Teoria e análises sobre implantação de políticas públicas no Brasil**. Brasília: ENAP, 2019.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MAZOTTA, M. J. S.; D'ANTINO, M. E. F. Inclusão Social de Pessoas com Deficiências e Necessidades Especiais: Cultura, Educação e Lazer. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 377-389, 2010.

MAZZOTTA, M. J. S.; D'ANTINO, M. E. F. Inclusão Social de Pessoas com Deficiências e Necessidades Especiais: cultura, educação e lazer. **Saúde Soc**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 377-389, 2011.

MAUERBERG-DE CASTRO, E. **Atividade Física Adaptada**. 2 ed. Ribeirão Preto: Novo Conceito Editora, 2011.

MELO, F. R. L. V., et al. Estudo da acessibilidade em ambientes de lazer na cidade do NATAL/RN. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 13, n. 2, 2010.

MENEGHETTI, A. P., et al. O Processo de Inclusão por Meio do Lazer. **Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada**, v. 14, n. 2, p. 9-14, jul/dez, 2013.

MEZZADRI, F. M.; SILVA, M. M. **Desenvolvimento de um método para as pesquisas em políticas públicas de esporte no Brasil**: uma abordagem de pesquisa mista. MEZZADRI, F. M., (Org.). **Políticas Públicas e Esporte**. 1. Ed., p.15-31 – Várzea Paulista, SP: Fontoura, 2014.

MIRANDA, T. J. **Comitê Paralímpico Brasileiro**: 15 anos de história. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação Física), Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011. Disponível em <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/842332> Acesso em: 16 mar. 2024.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva** – Contextos sociais. Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.

NETO, A. R. M.; ABRAHÃO, B. O. L.; MOURA, D. L. Megaeventos esportivos na agenda das políticas para a educação física escolar no estado do Rio de Janeiro. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 20, n. 4, out./dez. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/feff/article/view/41509/pdf>. Acesso em: 16 mar. 2020.

PATATAS, J. M. et. al. Managing parasport: An investigation of sport policy factors and stakeholders in influencing para-athletes' career pathways. **Sport Management Review**, v. 23, n. 5, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.smr.2019.12.004>. Acesso em: 12/02/2024.

PARALIMPIADAS. Escolares 2010. **Boletim 01**. Comitê Paralímpico Brasileiro, 2010, p. 1. Disponível em: <https://cpb.org.br/upload/link/69e7e33e98da4fff8ddb16208c87ec57.pdf>.

Acesso em: 08 jan. 2020.

PARALIMPÍADAS. Escolares 2010. **Boletim 05**. Comitê Paralímpico Brasileiro, 2010, p. 1.
Disponível em: <https://cpb.org.br/upload/link/0927f95197f649f390a5ff66991c0421.pdf>.
Acesso em: 08 jan. 2020.

PARALIMPÍADAS. Escolares 2011. **Boletim 01**. Comitê Paralímpico Brasileiro, 2011, p. 1.
Disponível em: <https://cpb.org.br/upload/link/8fb1f222ae3448af8694ba27dea2d69f.pdf>.
Acesso em: 08 jan. 2020.

PARALIMPÍADAS. Escolares 2011. **Boletim 05**. Comitê Paralímpico Brasileiro, 2011, p. 1.
Disponível em: <https://cpb.org.br/upload/link/8fb1f222ae3448af8694ba27dea2d69f.pdf>.
Acesso em: 08 jan. 2020.

PARALIMPÍADAS. Escolares 2012. **Boletim 01**. Comitê Paralímpico Brasileiro, 2012, p. 1.
Disponível em: <https://cpb.org.br/upload/link/b93323237cfa420f86691e598bd8f538.pdf>.
Acesso em: 08 jan. 2020.

PARALIMPÍADAS. Escolares 2012. **Boletim 05**. Comitê Paralímpico Brasileiro, 2012, p. 1.
Disponível em: <https://cpb.org.br/upload/link/caf22435a1c14ee787117a7b6a1488d6.pdf>.
Acesso em: 08 jan. 2020.

PARALIMPÍADAS. Escolares 2013. **Boletim 01**. Comitê Paralímpico Brasileiro, 2013, p. 1.
Disponível em: <https://cpb.org.br/upload/link/7592a42bf2e5414291040d5c410c7ed1.pdf>.
Acesso em: 08 jan. 2020.

PARALIMPÍADAS. Escolares 2013. **Boletim 06**. Comitê Paralímpico Brasileiro, 2013, p. 1.
Disponível em: <https://cpb.org.br/upload/link/7592a42bf2e5414291040d5c410c7ed1.pdf>.
Acesso em: 08 jan. 2020.

PARALIMPÍADAS. Escolares 2014. **Boletim 01**. Comitê Paralímpico Brasileiro, 2014, p. 1.
Disponível em: <https://cpb.org.br/upload/link/b0eafdca5ada424a8a979d1bcde5601e.pdf>.
Acesso em: 08 jan. 2020.

PARALIMPÍADAS. Escolares 2014. **Boletim 05**. Comitê Paralímpico Brasileiro, 2014, p. 1.
Disponível em: <https://cpb.org.br/upload/link/89dcbd3658ae4cd1b9fc8d7cff0de8ef.pdf>.
Acesso em: 08 jan. 2020.

PARALIMPÍADAS. Escolares 2015. **Boletim 01**. Comitê Paralímpico Brasileiro, 2015, p. 1.
Disponível em:

<https://www.cpb.org.br/upload/link/2bb1fc247fd045dcbebc635e8cd46208.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2020.

PARALIMPÍADAS. Escolares 2015. **Boletim 05**. Comitê Paralímpico Brasileiro, 2015, p. 1. Disponível em: <https://www.cpb.org.br/upload/link/60d0baa268b34a4ab5ffb9ab6ca18f8e.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2020.

PARALIMPÍADAS. Escolares 2016. **Boletim 01**. Comitê Paralímpico Brasileiro, 2016, p. 1. Disponível em: <https://www.cpb.org.br/upload/link/9387f4b84acd4abf95173b4fa4e892eb.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2020.

PARALIMPÍADAS. Escolares 2016. **Boletim 05**. Comitê Paralímpico Brasileiro, 2016, p. 1. Disponível em: <https://www.cpb.org.br/upload/link/1ebbdd1ba6449e78f1eb8d12d7ecfda.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2020.

PARALIMPÍADAS. Escolares 2017. **Boletim 01**. Comitê Paralímpico Brasileiro, 2017, p. 1. Disponível em: <https://www.cpb.org.br/upload/link/48d09caac0eb4e38bd9b03fc19752e7a.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2020.

PARALIMPÍADAS. Escolares 2017. **Boletim 07**. Comitê Paralímpico Brasileiro, 2017, p. 1. Disponível em: <https://www.cpb.org.br/upload/link/1795dda68cb64d4f964396fd8940b26b.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2020.

PARALIMPÍADAS. Escolares 2018. **Boletim 01**. Comitê Paralímpico Brasileiro, 2018, p. 1. Disponível em: <https://www.cpb.org.br/upload/link/a111e014a9ff45f1bdaf57224588b861.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2020.

PARALIMPÍADAS. Escolares 2018. **Boletim 07**. Comitê Paralímpico Brasileiro, 2018, p. 1. Disponível em: <https://www.cpb.org.br/upload/link/eda76920a77f4e49b3fadc634011e10d.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2020.

PARALIMPÍADAS. Escolares 2019. **Boletim 01**. Comitê Paralímpico Brasileiro, 2019, p. 1. Disponível em: <https://www.cpb.org.br/upload/link/48689c1ce4854def82b60673a8a7c576.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2020.

PARALIMPIADAS. Escolares 2019. **Boletim 10**. Comitê Paralímpico Brasileiro, 2019, p. 1. Disponível em:
<https://www.cpb.org.br/upload/link/9e4012d12aea4cda9748e1129aa72dd7.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2020.

PEREIRA, M. A história da pessoa com Deficiência. **Revista Ciência Gerenciais em Foco**, UEMG, Cláudio, v. 8, n. 5, p. 75-81, 2017. Disponível em:
<https://revista.uemg.br/index.php/cgf/article/view/3148/1870> Acesso em 20/04/2024.

PEREIRA, J. A.; SARAIVA, J. M. Trajetória histórico social da população deficiente: da exclusão à inclusão social. **Revista SER Social**, Brasília, v. 40, p. 168-185, jan.-jun./2017. Disponível em:
https://www.academia.edu/111907913/Trajet%C3%B3ria_hist%C3%B3rico_social_da_popula%C3%A7%C3%A3o_deficiente Acesso em: 04/04/2024.

PROCESSO SEDPcD No 110657/2017. **Acordo de Cooperação No 02/2017**. Site oficial do CPB, 20 out. 2017. Disponível em:
http://gestaorecursos.cpb.org.br/documentos/normativos/Acordo_Cooperacao_CPB.pdf. Acesso em: 08 jan. 2020.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M.; Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. IN: BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 2 ed. rev. São Paulo: Atlas, 2004.

REIS, R. E.; SILVA, E. A. G.; MEZZADRI, F. M. Esporte paralímpico escolar: Um mapeamento das escolas responsáveis pelos atletas participantes das Paralimpíadas escolares. In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL PARALÍMPICO ESCOLAR**, 1, 2015, São Paulo, Anais [...]. São Paulo: CPB/APB, 2015. p. 87.

REIS, R. E., et al. Dez anos do programa federal “Bolsa Atleta”: uma descrição das modalidades paralímpicas (2015-2014). **Pensar en Movimiento: Revista de Ciencias del Ejercicio y la Salud**, v.13, n. 2, p. 1-18, 2015.

RICCI, G. S., et al. Avaliação da aprendizagem do handebol por jovens entre 11 e 14 anos a partir do método situacional. **Pensar a Prática**, 14, 2011.

ROMERO, C. R. Paradesporto escolar: inclusão, oportunidades e possibilidades. In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL PARALÍMPICO ESCOLAR**, 1, 2017, São Paulo, Anais [...]. São Paulo: CPB/APB, 2017. p. 83.

SCHERER, R. L.; GOULART, L. R.; SERON, B. B. Trajetória das Paralimpíadas Escolares

de 2009 a 2017. In: Congresso Paradesportivo Internacional, 6, 2018, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 24, n. 6, nov./dez., 2018, p. 128.

SENATORE, V. Paraolímpicos do futuro. In: CONDE, A. J. M.; SOBRINHO, P. A. S.; SENATORE, V.. **Manual de Orientação para os Professores de Educação Física: Introdução ao Movimento Paraolímpico**. Brasília: Comitê Paraolímpico Brasileiro, 2006.

SILVA, E. A. G. Projeto Paralimpíadas Escolares: intenção, evolução, articulações e contribuições ao paradesporto educacional brasileiro. 2017. 138f. **Dissertação** (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Curitiba, 2017.

SILVA, C. C.; OLIVER, F. C. Pessoas com deficiência no caminho da democracia participativa. **Cad. Bras. Ter. Ocup.**, São Carlos, v. 27, n. 2, p. 279-292, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2526-89102019000200279&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 29/04/2024.

SOARES, R. F. **O Princípio Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana**. São Paulo: Saraiva, 2009

TONELLO, M. G. M (Org.). **Educação Física – Como Planejar as Aulas na Educação Básica**. São Paulo: Avercamp, 2007.

WEYNE, B. C. A contribuição do humanismo renascentista para a construção da ideia de dignidade humana. **PLURA, Revista De Estudos De Religião**, v. 4, n. 1, p. 213–225, 2013. Disponível em: <https://revistaplura.emnuvens.com.br/plura/article/view/713> Acesso: 01/04/2024.

WINNICK, J. P. **Educação Física e Esportes Adaptados**. Barueri, SP: Manole, 2006.